

# Contextos comunitários favoráveis ao bem-estar (\*)

MARYBETH SHINN (\*\*)

## INTRODUÇÃO

A ideia central deste trabalho é a de que os psicólogos devem prestar maior atenção aos comportamentos humanos em determinados contextos comunitários. As condições nos contextos de vizinhança e outros contextos comunitários estão relacionados com a saúde mental e física, com as oportunidades, os níveis de satisfação e com o grau de envolvimento dos residentes. Estão também relacionados com o sucesso escolar das crianças e o seu desenvolvimento, bem como com problemas de comportamento, por exemplo, o acompanhamento dos adolescentes por parte dos pais. Os contextos funcionam como mediadores

de outros processos individuais ou familiares, sugerindo que algumas teorias da psicologia não abrangem a diversidade de ambientes em que muitas famílias americanas vivem as suas vidas. Por exemplo, a qualidade dos cuidados parentais pode depender do risco existente numa determinada zona residencial. Na realidade, tal como apontamos mais adiante, as consequências dos contextos podem ser interpretadas como características individuais, conduzindo a inferências erradas.

A tendência dos observadores para minimizarem os efeitos imediatos das situações sociais e sobrevalorizarem as consequências das predisposições individuais tem sido de tal modo recorrente que Ross (1977) a denominou erro fundamental de atribuição. Existe um paralelo entre menor rapidez na identificação do erro que é ignorar os efeitos do contexto, ou quando as características individuais e situacionais são confundidas e a atribuição de todas as diferenças é feita aos indivíduos. Denominamos esta situação de “tendência evidente para realizar atribuições causais”, dos percursos individuais, “partindo das diferenças individuais, como a personalidade, a motivação ou inteligência” (Earls & Buka, 2000) como “erro de desvalorização dos contextos”. Este erro conduz ao empobrecimento das teorias e significa, ainda que os programas e as políticas sociais falhem na identificação desta complexa interligação entre indivíduos e contextos

---

(\*) Tradução de Susana Maria (ISPA) e revisão de Maria João Vargas Moniz (ISPA/AEIPS).

Traduzido e reeditado com a autorização da Annual Review of Psychology, Vol. 54, 2003. © Annual Reviews www.annualreviews.org

Agradecimentos: Agradecemos a Tama Leventhal, Douglas Perkins, Ann Rivera, Edward Seidman e Hiro Yoshikawa pelos importantes comentários à versão anterior deste texto.

(\*\*) Department of Psychology, New York University, 6 Washington Place, Room 275, New York, NY 10003, USA. E-mail: beth.shinn@nyu.edu

sociais, que também poderão falhar na resolução de problemas que pretendem solucionar (Caughy et al., 1999).

Ross (1977) sugere que o erro fundamental de atribuição sofre influência do(a) “psicólogo(a) intuitivo(a)”. Contudo, consideramos que os não especialistas terão menos tendência para o erro de desvalorização dos contextos que os investigadores na área da psicologia. Os pais que têm recursos suficientes investem-nos encontrando contextos que confirmam vantagens aos seus filhos, colocando-os numa boa escola, encontrando as respostas “certas” para as necessidades das suas crianças e actividades extracurriculares. Procuram zonas de residência mais seguras e procuram prevenir que as suas crianças se “deem com más companhias”. Os adolescentes acreditam que se se relacionarem com a elite “certa” dos colegas poderão ter vantagens ao longo da vida. Existem muitas evidências destas perspectivas não especializadas. A elevada qualidade dos cuidados infantis está, de facto, correlacionada com os desenvolvimentos cognitivo e da linguagem, com as competências sociais e de adaptação, bem como com melhores relações entre pares (Scarr & Eisenberg, 1993). As comunidades são, como apresentaremos de seguida, importantes para uma série de consequências. Escolas mais selectivas estão associadas a índices de formação mais elevados, melhor acesso a níveis de formação e de empregabilidade e, conseqüentemente, a rendimentos mais elevados, facto que influencia as características dos(as) alunos(as) e das suas famílias (Bowen & Bok, 1998).

Uma revisão abrangente da investigação realizada sobre os efeitos dos contextos no bem-estar dos indivíduos é trabalho para várias vidas, pelo que neste texto se procura incidir apenas sobre a literatura mais recente para ilustrar a estreita relação entre os contextos comunitários e o bem-estar individual. Começamos por descrever modelos diferentes, ainda que consonantes, sobre a influência da vizinhança e a convicção de que os contextos residenciais podem moderar os efeitos dos processos de base que decorrem no seu seio. Seguidamente examinaremos alguns modelos de influência contextual no bem-estar. Neste sentido, sugerimos que a influência do contexto depende das características socioculturais dos indivíduos. As transacções entre os indivíduos e os contextos não são unidireccionais e, nesse sentido, ilustramos os esforços dos indivíduos

para a mudança dos contextos. Finalmente, porque a sofisticação das teorias e dos métodos andam a par, abordaremos as questões metodológicas, sendo o mais relevante compreendermos como é que a confusão entre as consequências do contexto e das características individuais pode conduzir a erros de inferência.

O estudo dos contextos não é um domínio exclusivo da psicologia, pelo que nos baseamos em trabalhos de sociólogos e de economistas. No âmbito da psicologia enfatizamos os contributos da psicologia comunitária que, desde o seu início, se tem preocupado com o estudo e a mudança ao nível “das relações recíprocas entre os indivíduos e os sistemas sociais em que interagem” (Bennett et al., 1966, p. 7). Os psicólogos comunitários (Murrell, 1973; Rappaport, 1977; Seidman, 1988) têm enfatizado os vários níveis dos contextos, com os níveis mais elevados que envolvem um maior número de indivíduos, unidades com estrutura interna, organização social e padrões sistemáticos de interacções sociais (Shinn & Rapkin, 2000). As acções desenvolvidas a um determinado nível podem influenciar ou constringer os outros níveis (Bronfenbrenner, 1979, 1986). Assim, exemplificando, as políticas estatais ao nível dos infantários podem influenciar os funcionários desses serviços: o rácio de crianças por dia por instituição que, por sua vez, influencia os padrões de interacção entre as crianças e os educadores de infância bem como a qualidade dos cuidados (Phillips et al., 1992).

Neste trabalho, focamo-nos em contextos sociais de bem-estar humano mais imediatos: zonas residenciais e comunidades como as escolas, associações de voluntariado e grupos religiosos, entre outros locais de convívio público. Os contextos comunitários envolvem aquilo a que Barker (1968) designou por comportamentos contextuais ou padrões típicos de comportamento limitados no espaço e no tempo. Outros autores incluem ainda outras organizações comunitárias de maior dimensão (como, por exemplo, escolas) e contextos de maior proximidade a que Bronfenbrenner (1979) denominou de micro sistemas (por exemplo, cafés e bares), mas excluiu os micro sistemas privados (ex., a família). Por questões de espaço excluimos, também, a forte influência das forças sociais e políticas que servem de suporte ou prejudicam a comunidade (Warren et al., 2001) e as características físicas do contexto.

### *Zonas de Residência/Vizinhança*

No seguimento do trabalho de pesquisa de Wilson (1987) acerca da concentração de pobreza e as desvantagens dos Afro-Americanos residentes nas zonas pobres, os psicólogos, sociólogos e economistas têm aumentado a sua atenção relativamente à influência das zonas de residência no bem-estar humano. Muitos teóricos têm proposto modelos de análise para o estudo da relação entre as zonas de residência e a saúde mental (Wandersman & Nation, 1998), a saúde física (Caughy et al., 1999), a violência (Sampson et al., 1997) os maus tratos sobre as crianças, o insucesso escolar, a delinquência, a gravidez na adolescência e o desenvolvimento positivo de crianças e jovens (Caughy et al., 1999; Coulton, 1996; Furstenberg & Hughes, 1997; Jencks & Mayer, 1990; Leventhal & Brooks-Gunn, 2000). Estes modelos complementam-se, e aquilo que alguns teóricos descrevem como modelos independentes, outros consideram processos de mediação. Nós consideramos os modelos compostos, nos quais os indivíduos são influenciados pelas características colectivas da sua vizinhança, e os modelos desenvolvidos sobre a desorganização social, stress social, capital social e conceitos associados.

#### *Modelos Compostos*

Nos modelos compostos ou estruturais, existentes em todos os tipos de teorias, os indivíduos são influenciados pelas características demográficas da sua zona residencial. A pesquisa sobre essas características demográficas tem sido, em parte, suportada pela existência de *software* com sistemas de informação geográfica que permite aos investigadores relacionar informação recolhida nos recenseamentos ou outros arquivos de dados de determinadas regiões ou zonas geográficas, como os censos dos indivíduos aí residentes. O que tem proporcionado a inclusão de informação sobre zonas de residência em estudos com objectivos diferentes ao início.

Jencks e Mayer (1990) sublinham quatro maneiras segundo as quais as zonas de residência podem influenciar as crianças. Um modelo epidémico ou de contágio que dá ênfase à influência negativa dos pares, no caso das crianças mais pobres. Um modelo de socialização colectiva que se centra na influência positiva de adultos com recursos,

os quais servem como modelos para as crianças da zona de residência. Um modelo de privação comparativa sublinhará os possíveis efeitos negativos, na auto-estima e na motivação, que vizinhos ou colegas de sucesso podem ter. E, finalmente, um modelo institucional não composto que refere que as crianças provenientes de zonas de residência com recursos e as crianças de zonas pobres recebem tratamentos diferenciados por parte dos professores, da polícia e de outros adultos estranhos à comunidade que trabalham em instituições locais.

Loventhal e Brooks-Gunn (2000) fizeram uma revisão de estudos acerca da ligação entre os resultados das crianças e adolescentes e as características residenciais, como sejam os rendimentos ou o estatuto socioeconómico (ESE), a diversidade étnica/racial, e a instabilidade residencial, analisada ao nível dos censos ou de recolhas de informação local. A revisão dos estudos, realizada por estes autores, indica a importância do ESE elevado da zona de residência na previsão do sucesso escolar e do ESE baixo e a instabilidade habitacional na previsão de problemas comportamentais e emocionais, que incluem as desordens de conduta, as actividades criminais e o abuso de substâncias (o ESE elevado e baixo contrastam ambos com o ESE médio demonstrando que não existe uma perfeita correlação negativa). Relativamente aos comportamentos sexuais, incluindo a sexualidade precoce, na adolescência ou extra conjugal e a gravidez na adolescência, estes também indicam serem influenciados pelo nível de emprego. Os resultados são na generalidade modestos, sendo menos de um terço do desvio padrão e explicados em cerca de 5% da variância depois de controladas as características individuais ou familiares. Caughy et al. (1999) referem, adicionalmente, que zonas de residência pobres têm sido relacionadas com questões de saúde, tais como problemas cardiovascular-vasculares, problemas de peso nos recém-nascidos, partos prematuros, resultados estes em que se controlaram, igualmente, as características individuais.

Os estudos experimentais de longa duração produzem mais resultados do que os obtidos nos estudos correlacionais. No projecto Gautreaux, em Chicago, as famílias oriundas de minorias étnicas e com baixos rendimentos foram realojadas, através de um projecto público de reabilitação habitacional, decorrendo este projecto apoiado num processo “quase aleatório”, por ordem de chegada. Ou seja, as pessoas que se dirigiam aos

serviços obtinham o acesso a uma unidade habitacional nos subúrbios da cidade, ou em zonas mais abastadas ou em zonas do centro da cidade. No início do estudo, os grupos foram comparados (Rubinowitz & Rosenbaum, 2000, p. 77) e os resultados de curta duração ao nível escolar tiveram uma resposta mista, com as crianças do centro da cidade a terem dificuldades nas escolas suburbanas, manifestando-se diferentes a longo-prazo. As crianças das famílias que se mudaram para os subúrbios tinham mais probabilidades de sucesso final no ensino secundário, do que aquelas que se mudaram para o centro da cidade (86% vs 33%), de chegarem ao ensino superior (54% vs 21%), de completarem 4 anos de ensino superior (27% vs 4%), ou de encontrarem um emprego a tempo inteiro mesmo não tendo frequentado o ensino superior (75% vs 41%) e ainda de conseguirem melhores remunerações e/ou condições de trabalho (Rubinowitz & Rosenbaum, 2000, p. 9).

Os resultados deste estudo deram origem a outras experiências mais alargadas, denominadas “Mudança para a Oportunidade”, que ocorreram em cinco cidades diferentes. Várias famílias de rendimentos muito baixos e a residirem em habitação pública do Estado ou integradas nos programas associados ao denominado Sector 8 (referente a projectos de realojamento) e a residirem em áreas de extrema pobreza no centro das cidades, foram divididas aleatoriamente em três grupos. Um dos grupos recebeu vales de arrendamento que apenas podiam utilizar nos bairros mais pobres, o segundo grupo recebeu vales de arrendamento que poderiam utilizar onde quisessem e, finalmente, o grupo de controlo, continuou a receber a assistência habitacional regular. Os resultados a curto prazo nas cinco cidades demonstraram pouco impacto na auto-suficiência económica das famílias, mas maiores resultados ao nível da segurança, da saúde física e mental das crianças e ao nível dos problemas comportamentais e delinquência dos jovens em ambos os grupos experimentais. Muitos dos efeitos são mínimos, mas alguns são substanciais. Por exemplo, a prevalência das doenças e de asma das crianças das famílias pobres do grupo de Boston diminuiu em 74% e 65% comparativamente com o grupo de controlo (Loventhal & Brooks-Gunn, 2002). Os resultados são substanciais embora apenas 40% das famílias a quem foi dada a possibilidade de se mudar o tenha na realidade feito, mas as análises comparativas dos grupos foram feitas

aleatoriamente. Os resultados já são mais expressivos do que é normal nos estudos correlacionais e mais prováveis de se desenvolverem de acordo com o padrão de Gautreaux, enquanto que os efeitos menos visíveis a curto prazo poderão desenvolver-se com o tempo.

#### *Desorganização Social/Normas/Eficácia Colectiva*

Talvez o melhor modelo para averiguar de como a zona de residência afecta os comportamentos seja o desenvolvido por Shaw e McKay's (1942), segundo a teoria da Escola de Chicago sobre a desorganização social, que, mais recentemente, foi igualmente articulada por Sampson e col. (Sampson et al., 1997, 1999). Esta teoria sugere que a heterogeneidade étnica, o baixo estatuto socioeconómico e a mobilidade residencial (com todas as variáveis que a compõem) interferem na organização social das comunidades em termos das redes locais de relações de amizade e na participação nas organizações (discutidas mais adiante enquanto capital social). A interacção social, a participação e a coesão criam um contexto para a identificação de normas comuns e com isso a capacidade de exercerem controlo sobre os comportamentos dos grupos de adolescentes onde se podem desenvolver comportamentos delinquentes ou criminais. A eficácia colectiva é definida pela coesão social entre vizinhos e pela capacidade para intervir e reduzir as problemáticas, bem como identificar os recursos necessários para o bem comum. Num estudo realizado com 343 bairros de Chicago (identificados através do recenseamento) contendo várias desvantagens (p. ex., concentração de imigrantes ou pouca estabilidade residencial), foram identificados vários índices de violência (percepção de violência, vitimização e número de homicídios) controlando as variáveis individuais. Concluiu-se que a eficácia colectiva é mediadora de grande parte destas relações (Sampson et al., 1999), enquanto análises posteriores dos mesmos dados demonstraram que melhores condições económicas e estabilidade são mais importantes para o desenvolvimento das relações sociais entre adultos e a preocupação com as outras crianças da zona de residência do que a concentração de desvantagens (Sampson et al., 1999).

Loventhal e Brooks-Gunn (2000), replicaram este modelo normas/eficácia colectiva porque ao

colocarem a ênfase nestes factores como mecanismos de influência concluíram igualmente que o respeito pelo outro nas comunidades varia consoante o tipo de normas existentes. Por exemplo, Caughy et al. (2001) identificaram vários níveis diferentes entre vizinhanças relativamente a normas descritivas de parentalidade (através de um inquérito feito aos adultos residentes sobre o que as mães e pais da vizinhança faziam) em três zonas de residência (em 6-8 recenseamentos seguidos). Coulton et al. (1996) descobriram que em Cleveland, nas zonas de residência com elevados índices de violência contra as crianças, e comparativamente com as que apresentavam baixos índices, os prestadores de cuidados às crianças pequenas tinham maior probabilidade de sofrerem retaliações por parte das crianças e dos seus pais, quando intervinham relativamente à conduta desadequada dessas crianças. Por seu turno, Kulik (1998) atribuiu as diferenças de atitudes relativamente aos papéis sociais de género e à percepção de padrões de ocupação de tempos livres entre os adolescentes das comunidades rurais e das zonas urbanas de Israel à orientação igualitária existente nas culturas dessas comunidades rurais.

#### *Stress Social e Incivildades*

O stress social, incluindo a exposição às situações difíceis da vida, à violência e à falta de civismo está relacionado com os modelos de influência dos locais de residência enquanto modelos independentes (Coulton, 1996) ou como parcelas de modelos compostos (Wandersman & Nation, 1998). Buka et al. (2001) concluíram que as crianças das cidades estão expostas a níveis bastante elevados de violência, o que resultará no facto de que um quarto dos jovens serão testemunhas de homicídios ao longo da sua vida. A exposição a situações de violência está associada a problemas de saúde mental, incluindo desordens de stress pós-traumático, depressão, stress, agressão e comportamentos *acting out*. Finalmente, o risco de testemunhar violência é mais elevado nos elementos do sexo masculino e nas minorias étnicas.

Os factores de stress social vão para além de acontecimentos específicos. Num estudo de Hendryx e Ahern (1997) foi agregada a percepção de problemas comunitários aos códigos postais, em cerca de 1800 residentes brancos de 25 códigos postais da zona norte de uma área urbana. A percepção

agregada de problemas sociais (violência doméstica, sem-abrigo, abuso de crianças, racismo, poluição, pobreza, desemprego, e outros problemas ambientais) estava relacionada com problemas de saúde mental, tendo sido controlados os níveis individuais destes problemas.

Griffin et al. (1999) descobriram que os riscos das zonas de residência (as atitudes acerca da resistência necessária para sobreviver, a percepção de actividades de gangs e a delinquência na zona) estão relacionados com as agressões interpessoais, conclusões tiradas no âmbito duma amostra de 452 Afro-Americanos do 6.º ano de escolaridade de duas escolas da cidade de Nova Iorque. Os dados sobre os comportamentos de risco estavam significativamente relacionados com os riscos nas suas zonas de residência e com as agressões interpessoais (todos os dados foram recolhidos individualmente, aumentando a possibilidade de enviesamento). Colder et al. (2000) identificaram que a percepção de perigo na zona de residência (dados recolhidos através de relatos de pais e crianças) está relacionada com comportamentos agressivos (dados recolhidos através de relatos das crianças e pelos índices de comportamento recolhidos pelos professores), numa amostra de 732 Afro-Americanos do 5.º ano em dez escolas do centro da cidade e duas escolas primárias dos subúrbios. A relação entre estes dados é mantida pelas crenças positivas que as crianças têm relativamente às agressões. Coulton et al. (1996) descobriram que os bairros de Cleveland com elevados índices de violência contra as crianças tinham, também, elevados índices de mobilidade, de problemáticas e ameaças de vitimização.

Cunningham (1999) conduziu um estudo longitudinal com 384 estudantes Afro-Americanos do ensino secundário sobre as suas percepções relativamente aos recursos e dificuldades nas suas comunidades na zona sudoeste da cidade. As respostas mais comuns às questões sobre as condições dos seus bairros que poderiam influenciar negativamente os seus objectivos de vida foram as drogas e a pressão de grupo. A percepção sobre a seriedade dos problemas nos bairros (incluindo o desemprego, as apostas, os assaltos e as escolas sem condições) e as probabilidades dos adolescentes e jovens serem vítimas de crimes violentos aumentou nos últimos dois anos. Por outro lado, as expectativas relativamente a encontrar estabilidade, um emprego

bem remunerado e completar a escolaridade, diminuiu.

A falta de civismo na sociedade (p. ex., embriaguez pública) e falta de civismo material ou física (p. ex., edifícios abandonados e lixos) tem sido associada ao medo do crime (Taylor & Covington, 1993; Riger, 1985), resultando em ansiedade e depressão (Wandersman & Nation, 1998). O crime e o medo têm elevadas consequências no comportamento. Furstenberg (1993) e Caughy et al. (1999) analisaram dados qualitativos para descrever de que modo os pais de zonas de residência perigosas restringiam as suas relações e das suas crianças com a comunidade, como controlavam a proximidade das crianças e como procuravam serviços e relações sociais fora da comunidade. As zonas residenciais perigosas acabam ainda por restringir outras oportunidades, como, por exemplo, a participação em actividades extra-curriculares, porque tal significa regressar a casa depois do escurecer (Caughy et al., 1999).

Perkins e Taylor (1996) usaram três métodos para aceder aos problemas de um quarteirão, em cerca de 50 bairros de Baltimore. Foram associadas, ao quarteirão em que viviam, as percepções dos residentes bem como a observação directa dos problemas sociais e físicos. As notícias nos jornais sobre crimes e problemáticas (p. ex., deterioração de casas, problemas raciais, fugas à prisão) foram contabilizados, quer para o bairro em questão, quer para os bairros circundantes. Através de um modelo hierárquico linear, as três medidas de problemáticas identificaram o medo relativamente de crime por parte dos residentes (informações recolhidas um ano após as observações directas e os inquéritos). Numa análise mais aprofundada dos dados foi possível controlar as percepções individuais dos problemas, como a observação de problemas nas suas próprias casas e os efeitos decorrentes da idade, da raça e do género.

Ross e Jang (2000) indicam que, numa amostra probabilística de 2482 proprietários de Illinois, os indivíduos que percepcionavam a sua vizinhança como tendo elevados problemas físicos (p. ex., vandalismo, *graffiti*) e problemas sociais (p. ex., crimes e consumo de drogas) tinham níveis mais elevados de medo e de desconfiança. Os laços sociais informais com os vizinhos diminuem a associação negativa entre a existência de problemas e o medo e falta de confiança, mas os indivíduos que percepcionam a sua vizinhança como tendo

mais problemas desenvolvem menos laços com essa vizinhança. Os resultados são consistentes com a teoria da desorganização social, mas partindo-se da percepção de problemas e não da pobreza, de mobilidade e de heterogeneidade.

De igual modo, Caughy et al. (1999) identificaram que os níveis de criminalidade, os baixos índices de organização política dos bairros (registos de eleitores, envolvimento em organizações) e falta de recursos (comércio, serviços de saúde e outros serviços públicos) nos bairros de Baltimore estavam relacionados com problemas na gravidez: pouco peso à nascença e partos prematuros. Estes resultados foram obtidos controlando os factores de risco individuais e as condições económicas dos bairros. As entrevistas individuais demonstram de que maneira o crime e o medo perante o crime resultam em stress, limitação da liberdade de movimentos e redução de determinados comportamentos, como o desenvolvimento de exercício físico, que favorecem a saúde.

Vários estudos têm analisado as medidas compostas e o stress social em investigações com adolescentes, fornecendo-nos dados complexos. Aneshensel e Sucoff (1996), estudaram uma amostra multi-étnica representativa de 877 indivíduos entre os 12 e os 17 anos, em Los Angeles, fazendo análises comparativas de bairros com base em medidas compostas do estatuto socioeconómico (ESE) e da raça. O baixo ESE estava relacionado com ambientes de risco, tais como elevados níveis de percepção de crime, violência, consumo de drogas e *graffiti*. Os riscos, por seu lado, estavam relacionados com sintomas internos (depressão, ansiedade) e externos (conduta, contestação). A estabilidade residencial (uma variável composta) e a percepção de coesão contribuem para baixar os sintomas. A relação das variáveis estruturais com a saúde mental é mais complexa: os sintomas envolvendo a conduta são mais evidentes nas “classes inferiores” e, por oposição, os sintomas desviantes são mais elevados nas classes média e alta.

Seidman et al. (1998) analisaram 754 crianças multi-étnicas entre os 10 e os 17 anos de escolas de Nova Iorque, onde a maioria das crianças recebiam almoço de modo gratuito.

Dois grupos foram recolhidos no último ano da escola primária e no último ano do secundário. Seidman et al. (1998) criaram uma medida estrutural do risco da zona de residência (de indicadores

múltiplos de pobreza e índices de homicídio) e analisaram os *clusters* da zona de residência, baseando-se numa amostra alargada das denúncias de problemas por parte dos participantes (semelhante ao tentado por Aneshensel e Sucoff), da coesão e do envolvimento em actividades construtivas. Concluíram que as zonas de residência com elevados índices de problemas e de coesão estavam associadas a riscos estruturais mais elevados, enquanto que as zonas com elevados níveis na coesão mas com baixos índices de problemas e de envolvimento estavam associadas a baixo risco. Surpreendentemente, o risco estrutural está inversamente relacionado com comportamentos anti-sociais, mas apenas para o grupo dos mais velhos. Cada um dos três grupos com elevados problemas estava associado com elevado comportamento anti-social para os mais velhos ou para os mais novos, mas não para os dois.

Num dos poucos estudos sobre zonas de residência rurais, Simons et al. (1996) descobriram que a desvantagem comunitária, analisada através duma medida composta para os rapazes do Iowa, estava relacionada com baixa qualidade parental (análise a partir da gravação em vídeo das interações) e o estabelecimento de relações com pares desviantes, controlando-se o SES familiar. Estes, por sua vez, estão relacionados com problemas de conduta e stress. As desvantagens comunitárias para as raparigas não estavam relacionadas com os resultados, mas a proporção de pais-solteiros na família daquela comunidade estava directa ou indirectamente relacionada com os problemas de conduta e de stress.

Estes estudos sugerem que apesar dos riscos presentes nas zonas de residência estarem muitas vezes associados a rendimentos baixos, nem sempre os problemas comportamentais e a exposição à violência são mais elevadas nas zonas de residência de maiores riscos. Pelo menos em alguns casos, como Jencks e Mayers (1990) sugerem, a presença de vizinhanças abastadas podem contribuir para colocar os adolescentes em risco. Teríamos uma maior confiança nestas conclusões se a replicação dos estudos fosse mais exacta. Contudo, parece-nos claro que precisamos de compreender os múltiplos aspectos das zonas de residência (e das famílias) de forma concertada. Diferentes processos podem influenciar de forma divergente os adolescentes de várias idades e, em geral, os efeitos das zonas

de residência são mais fortes nas crianças mais velhas do que nas mais novas.

#### *Recursos, Capital Social e Sentimento de Comunidade*

Outro mecanismo mediador proposto por Leventhal e Brooks-Gunn (2000) é a disponibilidade e qualidade dos recursos existentes, como, por exemplo, as actividades recreativas e sociais, os serviços prestados às crianças, as escolas, os serviços de saúde e as oportunidades de emprego. Similarmente, Coulton (1996) utilizou o termo organização social (diferente de desorganização social) para descrever as redes formais e informais, as instituições e organizações existentes, como modelo independente de influência nas zonas de residência. Por exemplo, os moradores de Cleveland com baixos índices de violência contra as crianças tinham mais recursos para as mesmas (p. ex., creches, parques de jogos e jardins) e serviços (p. ex., lavandarias, supermercados, bancos) do que os residentes com elevados índices de violência contra as crianças (Coulton et al., 1996).

O conceito de organização social é semelhante ao de capital social, definido por Putnam (1995) como as “características da organização social como as redes de trabalho, normas e confiança social que facilitam a coordenação e cooperação para o benefício comum”. Outro conceito relacionado é o sentimento de comunidade, definido por MacMillan e Chavis (1986) como a aliança, a influência, a integração, a satisfação de necessidades e a partilha de emoções colectivas. Os investigadores têm explorado os factores que predizem as consequências do sentimento de comunidade. Quer as características estruturais (percentagens de residentes proprietários das suas casas, rendimento *per capita*, baixa proporção de população activa e baixa densidade populacional) quer a organização social (percentagens de eleitores registados, percentagens de participantes nas organizações de bairro) predizem o sentimento psicológico de comunidade nos bairros de Baltimore (Brodsky et al., 1999). Num estudo qualitativo de uma comunidade pobre de Caracas (Garcia et al., 1999) foi demonstrado que o sentimento de comunidade se formou com a história da comunidade e o seu desenvolvimento.

Perkins e Long (2002) descrevem o sentimento de comunidade como um dos aspectos do capital social (em paralelo com outros conceitos como o

sentimento de eficácia relativamente à organização de acções colectivas, relações informais de vizinhança e participação em organizações). Numa análise multi-factorial nos quarteirões de cinco bairros da cidade de Nova Iorque, verificou-se que o sentimento de comunidade está relacionado com os outros conceitos quer ao nível individual quer ao nível colectivo. Sampson (2001) também considera o capital como um precursor importante da eficácia colectiva.

Os contactos com os serviços sociais também promovem o capital social. Thompson et al. (1996) investigaram a experiência de famílias de vítimas de homicídios com o sistema criminal de justiça. As famílias que eram informadas sobre a evolução dos processos e sobre a detenção de suspeitos demonstravam maior satisfação com o trabalho da polícia. A satisfação está associada a atitudes mais positivas (segurança, apreço, controlo e suporte social), que por sua vez estão associados a baixos índices de *stress*.

As relações entre sistemas são, igualmente, importantes. Campbell (1998) entrevistou uma amostra nacional de defensores/as de vítimas de violação para analisar as experiências das vítimas com o sistema legal, de saúde e de serviços de saúde mental. As mulheres que tiveram experiências relativamente positivas com os três sistemas (definindo-se como as acções que foram ao encontro das suas necessidades com pouca intervenção de defensores cívicos) tinham mais probabilidades de viver na comunidade com melhores recursos e melhor coordenação de serviços. Campbell e Ahrens (1998) entrevistaram defensores(as) cívicos, directoras de centros de crise, polícias, advogados(as) de acusação, médicos(as), enfermeiros(as) e sobreviventes de violação em 44 comunidades, metade com acesso e outra metade sem serviços comunitários coordenados de apoio à violação. As comunidades com elevada coordenação tinham mais serviços integrados em programas, formação bidireccional entre vários organismos e grupos comunitários de promoção dos valores, através de educação comunitária, e das mudanças políticas. Campbell e Ahrens concluíram que os serviços coordenados conduziam a melhores resultados para as mulheres, assegurando-lhes que as pessoas prestadoras dos vários serviços compreendiam os múltiplos contextos de prestação dos mesmos, as necessidades das mulheres e o vasto contexto da violência contra elas.

### *Efeitos moderadores das zonas de residência*

Para além das consequências directas no bem-estar, os riscos associados às zonas de residência podem moderar os efeitos das características familiares, da influência dos pares e dos serviços sociais. Numa amostra de pré-adolescentes Afro-Americanos, Gonzales et al. (1996) identificou interações entre os riscos associados às zonas de residência e o controlo e autoridade exercida pelas mães, nas médias de notas dos jovens um ano depois, havendo um controlo nas notas obtidas anteriormente. O risco, nestes casos, foi acedido através dos relatos das mães e crianças, relativamente às actividades de risco desenvolvidas pelos jovens da zona de residência. Nas zonas residenciais de menor risco, o baixo controlo e autoridade parental está associada a melhores desempenhos académicos, tal como é indicado pela literatura sobre a autoridade parental. A situação inverte-se nas zonas de elevado risco, onde um controlo autoritário por parte dos pais está associado a melhores desempenhos académicos. Não só o risco associado às zonas de residência afecta os pais, como já vimos anteriormente, como as consequências dos tipos de parentalidade são diferenciadas. Existe uma interacção semelhante entre as zonas de risco, o apoio dos pares e o *attachement*: os efeitos positivos do apoio dos pares permanecem apenas nas zonas de baixo risco.

Sheidow et al. (2001) identificaram interações entre factores de risco familiares e comunitários na predição de exposição à violência numa amostra invulgar de jovens adolescentes do sexo masculino Afro-Americanos e Latino-Americanos residentes no centro da cidade de Chicago, que foram seleccionados por terem elevados índices de agressão aos professores. A análise grupal ou sectorial (análise de *clusters*) dos bairros feita pelos autores baseou-se nos dados compostos (incluindo pobreza e crimes violentos) e nos relatos das mães e dos filhos sobre a organização social e segurança dos bairros. Os dois grupos apresentaram elevados problemas estruturais mas diferiram ao nível do funcionamento social (elevada organização social e pouca preocupação com a segurança). O terceiro grupo apresentou poucos problemas estruturais, baixa organização social e pouca preocupação com a segurança. Com base nas relações familiares e nas práticas parentais, foram encontrados quatro grupos familiares. Contrariamente a pesquisas

anteriores, não foram detectadas interações entre o tipo de bairro ou de família e a exposição à violência no ano transacto, controlando-se a exposição anterior a situações de violência, mas achou-se um outro tipo de interação: o aumento na exposição à violência acontece nas famílias com dificuldades (problemas parentais, na estrutura familiar, na coesão e nos valores sobre a família) que residiam nos bairros do centro da cidade com projectos sociais em desenvolvimento. Sheidow et al. (2001) sugerem que o funcionamento familiar poderá ser menos importante nas comunidades menos funcionais, onde o risco de exposição à violência é prevalente, e em comunidades com uma base económica mais sólida, onde outros factores protectores não analisados podem desenvolver-se.

Caughy et al. (1999) identificaram uma interação entre o risco dos bairros (condições habitacionais pobres, elevado desemprego) e os cuidados pré-natais prestados na previsão de baixo peso à nascença. Os cuidados pré-natais precoces são, de facto, protectores nos bairros onde o risco é baixo, de acordo com os saberes médicos convencionais, mas não nos bairros de risco elevado. Os autores concluíram que proporcionar melhor acesso aos cuidados pré-natais para as mulheres nas comunidades pobres não assegura melhorias na gravidez se não forem trabalhados os outros riscos sociais que as mulheres dessas comunidades enfrentam.

Estes estudos desafiam aquilo que pensamos saber sobre parentalidade, relações de pares e serviços médicos. Aparentemente, as relações pré-estabelecidas entre alguns conceitos podem não ser universais. Trickett (1996) sublinhou que uma abordagem contextualista do conhecimento significa uma compreensão dos contextos onde as hipóteses são testadas. Mesmo as hipóteses que estão bem sustentadas na literatura psicológica foram, por vezes, testadas em contextos limitados e podem, por isso, não se aplicar em mais nenhum âmbito.

### *Contextos Comunitários*

Redireccionamo-nos, agora, para a influência dos contextos comunitários no bem-estar humano. Os contextos comunitários naturais, como as igrejas e o comércio local são, sem dúvida, influenciados pelos contextos comunitários mais alargados. Contextos comunitários como as bibliotecas, as clínicas de saúde públicas, e os centros do Programa *Head*

*Start* também reflectem o envolvimento e atenção prestada para além dos residentes dos bairros onde estão localizados (Furstenberg & Hughes, 1997), muitas vezes os funcionários residem noutras zonas (Jencks & Mayer, 1990) e são amiúde colocados em bairros com o objectivo claro de superar os défices existentes. Existem, igualmente, evidências que as famílias procuram e utilizam outros contextos fora dos seus bairros, especialmente nas comunidades pobres em recursos (Earls & Buka, 2000; Furstenberg, 1993; Jarret, 1997). Devido a todas estas razões, é importante considerarmos os contextos comunitários de forma independente aos bairros residenciais, relativamente à influência dos contextos no bem-estar humano.

Os contextos comunitários são omnipresentes. Baker (1968) catalogou 53376 ocorrências de 884 comportamentos em contextos públicos no decurso de um ano numa pequena cidade. Os contextos comunitários incluem organizações onde as pessoas despendem uma boa parte do seu tempo em diferentes fases da vida: jardins-de-infância, escolas, universidades, locais de trabalho, lares de terceira idade. Incluem, ainda, organizações de voluntariado onde, habitualmente, se despende menos tempo mas onde se pode exercer uma maior influência, tais como os contextos religiosos, as associações de moradores, os grupos de ajuda-mútua e os clubes ou espaços recreativos. Englobam, igualmente, os serviços governamentais e os locais de comércio onde os consumidores ou clientes procuram bens e serviços mas também convívio, como no caso dos bares, cafés e salões de beleza.

Consideramos cinco modelos na interpretação de como os contextos comunitários interferem no bem-estar humano. Ao contrário dos bairros residenciais, estes contextos comunitários são criados tendo como objectivo responder a determinadas necessidades que afectam o bem-estar e proporcionam o desenvolvimento de papéis sociais junto dos seus participantes. Tal como as zonas residenciais, os contextos comunitários são fontes de capital social, normas e *stress* social.

### *Funções Instrumentais*

O objectivo de alguns contextos comunitários poderá ser o de prestar serviços ou criar recursos que melhorem o bem-estar. Os consultórios médicos oferecem cuidados de saúde, as escolas educação, os parques de recreio entretenimento, os abrigos

oferecem aos sem-abrigo um local para dormir. No entanto, contextos comunitários com outros objectivos podem, igualmente, responder às necessidades funcionais dos indivíduos. O objectivo do local de trabalho é produzir, contudo permite aos trabalhadores obter remuneração. A simples existência de determinados contextos (como hospitais ou locais de comércio que proporcionam empregabilidade) pode ser importante para o bem-estar, mas os contextos que se centram no bem-estar podem oferecer variações no modo como cumprem essa missão. Os diferentes tipos de contextos diferem, de igual modo, na dimensão com que facilitam o desenvolvimento e crescimento individual. Por exemplo, os locais de trabalho diferenciam-se na forma como enfatizam a autonomia, a orientação para as tarefas e a independência; quer os grupos sociais, quer os grupos orientados para determinadas tarefas variam na forma como valorizam a independência, a aprendizagem de competências práticas e auto-conhecimento (Moos, 2002).

### *Papéis Sociais*

Os contextos comunitários, como os grupos de ajuda mútua, Igrejas, e organizações de voluntariado, podem, também, criar e formar os papéis sociais e o sentimento de identidade dos indivíduos a eles ligados. Por exemplo, Kingree e Thompson (2000) estudaram uma intervenção experimental onde adultos em recuperação por abusos de substâncias, filhos de alcoólicos, foram encaminhados para grupos de educação e formação sobre consumo de substâncias e alcoolismo. A participação nos grupos aumentou o bem-estar individual, com benefícios ao nível da percepção do seu estatuto. Os autores concluíram que o apoio e a discussão nos grupos levou os participantes a perceberem o seu estatuto enquanto adultos filhos de alcoólicos de uma forma mais adaptada, reduzindo a depressão e deterioração das suas situações. A forma como os líderes e membros dos grupos de Esquizofrénicos Anónimos são vistos, e vêem o poder e a capacidade dos outros, depende do papel que desempenham nos grupos. Essa percepção de poder também influencia a eficácia na ajuda por parte do grupo (Salem et al., 2000). Em estudos qualitativos de pequena dimensão, Royce-Davis (2001) e Stein e Wemmerus (2001) descrevem a importância dos papéis sociais (como o facto de se ser membro

produtivo de uma força de trabalho, estudante, ou companheiro(a) de alguém), para as pessoas com doença mental na sua procura de uma “vida normal”.

Os contextos podem fazer com que os indivíduos desempenhem papéis como trabalhadores ou voluntários. Stewart e Wienstein (1997) analisaram a participação voluntária em três organizações ligadas ao VIH/SIDA. Uma situada num contexto suburbano e focalizada no suporte individual e outras duas localizadas em contextos urbanos e focalizadas na transmissão de informação e mudança social. Os autores identificaram diferenças a vários níveis: no tipo de voluntários, nas motivações dos voluntários, nos papéis que desempenham, na eficácia pessoal e política, e na forma como estes conceitos se relacionam entre si e com o contexto.

Allen et al. (1990) descrevem um programa para adolescentes – “Ao Encontro dos Adolescentes” – que envolveu jovens dos 7.º ao 12.º anos, em actividades de prestação de serviços comunitários estruturadas. Os jovens retiraram resultados muito positivos dos seus papéis de prestadores de ajuda, sendo que o programa incluía uma componente de sala de aula. Numa avaliação experimental ao nível nacional de 25 locais, os índices de gravidezes, insucesso escolar e suspensão entre os jovens participantes no programa para adolescentes eram cerca de 2/5 dos índices encontrados no grupo de controlo, apesar de o programa não abordar estes temas directamente (Allen et al., 1997).

A estrutura dos contextos comunitários pode proporcionar maior ou menor envolvimento no desenvolvimento de papéis sociais. Uma dimensão particularmente relevante identificada por Barker e col. (i.e., Barker, 1968) é o rácio de participantes por papéis sociais. Os contextos com relativamente poucos participantes, comparados com o número de papéis, são pouco frequentados. Nestes contextos (p.e., pequenas escolas secundárias) os indivíduos sentem-se mais pressionados para participarem em actividades, para assumirem papéis de maior responsabilidade e tendem a retirar maior satisfação no que respeita às suas competências e ao seu valor do que nos contextos em que existem mais participantes por papel social.

### *Capital Social*

O capital social é um atributo dos contextos comunitários bem como das zonas de residência.

O capital social analisado em 487 edifícios de apartamentos de áreas residenciais do centro da cidade com índices de *stress* elevado estava fortemente relacionado com as formas de propriedade, com níveis mais elevados nas cooperativas em que os residentes eram também proprietários. O capital social está, por sua vez, associado a melhores construções, maior segurança e baixos índices de crime (Saegert & Winkel, 1998). A participação em organizações de proprietários, em organizações de proprietários de habitação social, e participação formal na liderança de manutenção de edifícios emergia também como factor predictor de criminalidade contra os edifícios em sistemas de análise prospectiva (Saegert et al., 2002).

A participação em organizações como igrejas e a ligação informal com família e amigos são aspectos centrais do capital social com conexões importantes ao bem-estar humano. Ambos estão consistentemente relacionados com a mortalidade em estudos prospectivos e que controlam previamente o estado de saúde prévio (ver a revisão realizada por House et al., 1988).

Numa amostra nacional representativa com 18000 respondentes, Snowden (2001) identificou que os Afro-Americanos, quando comparados com brancos com percursos de vida semelhantes, têm maior probabilidade de se envolverem em igrejas, clubes, residências de grupo e outros grupos. Quer a afiliação organizacional quer os padrões de suporte informal, que variam segundo o género e a raça, estão relacionados com baixos índices de *stress* psicológico.

Os efeitos da afiliação organizacional no bem-estar podem ser mediados pelo suporte social. Os contextos variam nos seus efeitos consoante o suporte faz ou não parte da sua missão. Por exemplo, os grupos de ajuda mútua são sistemas de suporte intencional em que os seus membros partilham um problema comum e onde todos proporcionam e recebem suporte (Levy, 2000) e os contextos com algumas particularidades podem variar no tipo apoio. Moss (2002) argumentou que a qualidade e a interdependência das relações são dimensões chave ao longo das mudanças de clima social nos contextos. Maton (1989) caracterizou as igrejas, grupos de ajuda mútua e centros para idosos como fornecedores de elevados ou baixos níveis de suporte, baseando-se nas respostas a questionários dos membros desses grupos. Em paralelo, análises feitas a cada tipo de contexto

demonstram que os contextos com elevado índice de suporte estavam relacionados positivamente com bem-estar ou diminuição dos efeitos do *stress* no bem-estar, nestes estudos as percepções individuais de suporte foram controladas.

Luke et al. (1991) codificaram de forma cuidadosa interacções comportamentais em 510 encontros de 13 grupos pertencentes a uma única organização de ajuda mútua. Posteriormente realizaram análise de *clusters* grupais, baseada na frequência de diferentes tipos de interacções, em quatro fenótipos. Os fenótipos estão fortemente correlacionados com o grau de mudança experimentada por 111 novos membros dos grupos (tal como observado). Os novos membros mudaram sobretudo nos grupos caracterizados por terem, relativamente, elevados níveis de questões pessoais e auto-revelação e baixos níveis de partilha de informação impessoal, concordância, pequenas conversas e interpretação. Numa pesquisa posterior com a mesma organização, Roberts et al. (1999) identificou que o recebimento de ajuda estava relacionado com a adaptação sobretudo nos indivíduos que experimentaram um elevado nível de integração grupal. Pesquisas recentes examinaram a natureza das nomeações para grupos de apoio mútuo *on-line* para depressão (Salem et al., 1997) e problemas de álcool (Klaw et al., 2000), contudo estes estudos não relacionam as interacções *on-line* aos resultados individuais. As novas formas de comunicação significam que os contextos “comunitários” estão a afastar-se das comunidades geográficas baseadas nas zonas de residência.

O sentimento psicológico de comunidade, que já identificámos como um elemento do capital social, tem muitas vezes sido considerado como um atributo dos contextos comunitários bem como das localizações geográficas. Lounsbury e Deneui (1996) descobriram que entre estudantes universitários, aqueles que estudam em pequenas escolas ou que vivem no *campus* universitário ou são membros de fraternidades ou repúblicas têm um maior sentimento de comunidade. O programa que enfatiza a aprendizagem cooperativa e uma abordagem do ensino centrada nas crianças e gestão da sala de aula proporcionou um maior sentimento de comunidade em três escolas primárias suburbanas em comparação com outras escolas (Solomon et al., 1996). O sentimento de comunidade está relacionado com os resultados dos estudantes relativamente aos laços com a escola, empatia e auto-estima.

Está, igualmente, relacionado com uma maior aceitação das normas e valores das turmas nos dois grupos de escolas. O sentimento de comunidade nos contextos escolares parece reflectir ambientes de independência, influência estudantil, justiça e responsabilidade pessoal, por seu lado as turmas demonstram maior aceitação por parte dos estudantes das normas e directrizes do professor e complacência estudantil.

Hirsh et al. (2000) usaram dados qualitativos, recolhidos em quatro clubes de rapazes e raparigas, para demonstrar como os clubes promovem o sentimento de comunidade ou o sentimento de “no clube estou em casa”, em particular para as jovens adolescentes; verificaram a importância do vínculo ao clube, a formação relações positivas com os pares, com os adultos e com os/as irmãos/irmãs e a criação de espaços seguros para a expressão individual o que promove a auto-estima das raparigas.

Outras consequências do sentimento de comunidade incluem a organização de movimentos de cidadão (Burroughs & Eby, 1998) vínculos organizacionais, satisfação com o emprego, clareza de papéis e poucos constrangimentos, *stress* psicológico e as intenções de despedimento entre os trabalhadores numa pesquisa empresarial (Royal & Rossi, 1996). Em três escolas secundárias o sentimento de comunidade dos estudantes estava relacionado com menos comportamentos disruptivos, menos ausência às aulas e menos pensamentos sobre abandono escolar (Royal & Rossi, 1996).

Uma questão que permanece na literatura é se o sentimento de comunidade é melhor definido como uma variável contextual ou simplesmente como uma atitude individual. Curiosamente, no estudo de Solomon et al. (1996) a percepção dos estudantes sobre o sentimento de comunidade estava associado com a observação de constructos relacionados, como a promoção da autonomia e de participação dos estudantes na turma, e encontrou-se uma certa variação no sentimento de comunidade. Outra questão liga-se com a direcção causal dos relacionamentos.

Os recursos dos contextos são outro aspecto do capital social, Kelly et al. (2000) sublinhou que habitualmente os contextos têm mais recursos do que aqueles que os membros reconhecem. Estes podem incluir recursos pessoais, tais como os(as) funcionários(as) da secretaria ou da limpeza da escola que se relacionam com as crianças e ajudam a resolver problemas. O sistema de recursos inclui

informação, dinheiro, influência e a capacidade de se relacionar com outros que se encontram fora do sistema para troca de recursos o organizarem acções conjuntas. Os recursos incluem, ainda, “tradições, costumes e normas” (Kelly et al., 2000, p. 137) que proporcionam a integração e o sentimento de comunidade. A adaptação é a capacidade do contexto de alterar as suas estruturas e processos e responder às exigências dos ambientes externos. Seidman (1988) descreve as regularidades sociais (as relações sociais e interdependências que persistem no tempo) como características importantes dos contextos e de ligações entre contextos. Kelly et al. (2000) similarmente descrevem os “processos” de reciprocidade, redes de trabalho e comunicação dentro dos contextos e alargamento das fronteiras ou estabelecimento de comunicação com sistemas exteriores. A distinção entre interior e exterior é semelhante à distinção realizada por Warren et al. (2001) entre ligar e juntar formas de capital social. Moos (2002) sugere que essa dimensão de manutenção e mudança dos sistemas, em conjunto com as dimensões das relações e as dimensões do crescimento pessoal são dimensões chave permanentes para os sistemas ambientais. Estas formulações teóricas focam-se nas dinâmicas complexas dos sistemas sociais e das transacções entre pessoas e contextos (ver também Altman & Rogoff, 1987).

### *Normas*

Os contextos são frequentemente caracterizados pela distinção entre normas explicativas e normas imperativas (o que as pessoas fazem ou aquilo que consideram aceitável), e ambos têm sido relacionadas com os comportamentos individuais. Allison et al. (1999) recolheram informação sobre as normas explicativas no abuso de substâncias (para drogas “leves” e “pesadas”) entre 283 adolescentes em seis escolas. As normas são definidas por auto-relatos usando uma média entre todos os respondentes excepto a população-alvo dessa escola. Depois de controlados do factores demográficos, tipo de educação (isto é, educação especial) e a percepção dos participantes relativamente ao abusos de substâncias por parte dos seus pais e pares, as normas da escola foram significativamente correlacionadas com o consumo de substâncias por parte dos participantes em ambas as classes de substâncias.

Henry et al. (2000) analisaram a associação entre as normas explicativas e as normas imperativas e a agressão no comportamento individual entre 614 estudantes do 1.º ciclo de diversas etnias, em 45 turmas de 14 escolas urbanas e suburbanas com problemas económicos (e posteriormente replicaram os resultados em estudantes de 21 turmas em 16 escolas). Não encontraram efeitos resultantes das normas explicativas (comportamentos agressivos dos outros na turma, tal como registado pelos professores). Contudo, as crenças das outras crianças relativamente às normas acerca da apropriação de comportamentos agressivos estão associadas com os comportamentos das crianças, quer directa quer indirectamente, através da associação das crianças às suas próprias crenças, controlando-se quer as crenças quer os comportamentos agressivos anteriores. Os autores acederam posteriormente à extensão a que as normas contra a agressão são salientadas pelos pares (isto é, a agressão por parte das crianças estava relacionada com a baixa popularidade entre os pares e elevados índices de rejeição pelos pares) e professores (isto é, os professores foram observados a repreender os comportamentos agressivos). As crianças das turmas em que os professores e os colegas têm normas evidentes contra a agressão têm baixos índices de agressividade num período de 2 anos quando comparadas com as crianças das turmas onde apenas os professores ou apenas os colegas fazem notar as normas contra a agressão.

Enquanto, por um lado, as normas actuam psicologicamente afectando o comportamento individual, por outro, influenciam, também, o bem-estar humano em aspectos não psicológicos. Numa escola com normas contra a agressão as crianças têm menos probabilidades de serem agredidas. Num bar *gay* com normas rígidas sobre o uso do preservativo, os indivíduos têm menos probabilidade de encetar relações com pessoas que não pratiquem sexo seguro, e os indivíduos com mais dificuldades de negociação terão menos dificuldades em persuadir os seus parceiros ao uso do preservativo. Mais, partindo do princípio que o uso do preservativo reduz a prevalência de infecção por VIH, mesmo os indivíduos que se envolvam em práticas não seguras têm menos probabilidades de serem infectados.

## *Stress*

Os contextos comunitários, como os bairros, podem ser locais de stress. Sandler et al. (2000) descrevem “a ecologia da experiência *stressante*” incluindo os maiores acontecimentos de vida e as experiências em cascata que advêm do mesmo, das lutas mais comuns aos factores de *stress* crónicos. Muitos destes envolvem as relações entre os indivíduos e os seus contextos. Situações de vida *stressantes* incluem a perda de determinados papéis sociais, como o emprego. O desemprego e a perda do emprego têm sido relacionados com resultados danosos como a violência, o consumo de álcool e a depressão, com consequências amplamente mediatizadas pela miséria económica (Price, 2000). Seidman et al. (1995) sugerem que as dificuldades frequentemente estão associadas a contextos particulares, como os bairros ou a escola.

Os factores de *stress* crónicos frequentemente tratam-se de dificuldades, desafios e conflitos associados a papéis sociais em determinados contextos como a escola ou o trabalho (Pearlin, 1983) e podem afectar de forma diferenciada em grupos distintos. Hughes e Dodge (1997) analisaram a percepção de preconceitos nas relações interpessoais no trabalho e discriminação institucional (distribuição dos salários, benefícios, progressão na carreira e oportunidades) numa amostra de mulheres Afro-Americanas. Em ambos os casos (preconceitos e discriminação institucional) a correlação foi mais positiva com a insatisfação com o trabalho do que as condições de trabalho (carga de trabalho, definição de competências, apoio do supervisor). Os participantes com trabalhos de condição mais básica (isto é, escritórios ou vendas) demonstram maior discriminação institucional e aqueles que trabalham com poucos Afro-Americanos acusam níveis mais elevados de racismo e *stress* no trabalho.

## DIVERSIDADE INDIVIDUAL E DIVERSIDADE DE CONTEXTOS

O estudo realizado por Hughes e Dodges (1997) evidencia a interacção entre a diversidade sócio-cultural e a diversidade ecológica de contextos (Trickett, 1996). As transacções entre indivíduos e contextos dependem das características de ambos. Leventhal e Brooks-Gunn (2000) sublinham, na

sua revisão sobre os benefícios de um elevado estatuto socio-económico das zonas de residência, que estes são mais evidentes para as crianças euro-americanas do que para as afro-americanas. Os autores sugerem que isto se deve ao facto das crianças afro-americanas dos bairros abastados terem mais probabilidades de estarem geograficamente mais próximas de bairros pouco abastados (Sampson et al., 1999). Em alternativa, os moradores mais abastados podem interagir mais com as crianças euro-americanas do que com as crianças afro-americanas do bairro, ou os modelos profissionais que os vizinhos abastados expõem podem parecer mais concretizáveis para as crianças pobres, mas não o racismo. Coulton et al. (1996) também descobriram associações diferentes entre as características dos bairros e o risco de abuso nas crianças afro-americanas e nas crianças brancas. Por exemplo, as actividades de bairro e os recursos da zona estão mais fortemente correlacionados com baixo risco nos bairros afro-americanos, e terem um nome para o bairro é mais positivo para os moradores brancos. Talvez mais mecanismos formais de participação sejam importantes quando os mecanismos informais estão bloqueados ou quando a identificação de um bairro pelo nome tem um misto de reconhecimento das fronteiras do bairro e de aumento da segregação.

Grupos diversos podem sentir-se aceites e apoiados de diferentes formas no mesmo contexto. Waldo (1998) entrevistou 1927 estudantes universitários relativamente ao ambiente estudantil para os estudantes *gays*, lésbicas e bissexuais. Os estudantes heterossexuais relataram experimentar uma melhor aceitação e respeito na universidade relativamente às orientações sexuais em geral do que os estudantes *gays*, lésbicas e bissexuais. A percepção do clima estudantil por parte das estudantes lésbicas, *gays* e bissexuais varia consoante a raça, o género, a religião a pertença a determinadas fraternidades ou irmandades e se são estudantes graduados ou não graduados. Chesir-Teran (2002) define a homofobia como a assumpção de que “o poder e privilégio heterossexual é normal e ideal” bem como as regras sociais e normas contextuais que privilegiam a heterossexualidade sobre a homossexualidade. Partindo do construção teórica definida por Moos e Lemke (1996) ele examinou quatro formas de manifestação da homofobia no ensino superior. A primeira das manifestações

existe nas características físicas e arquitectónicas, como os balneários que proporcionam a privacidade entre os géneros mas não dentro mesmo género, partindo-se da assumpção que toda a atracção sexual é heterossexual. A segunda liga-se com as políticas e as características dos programas, como a não existência de políticas anti-discriminação e abuso, a falta de grupos de apoio, como alianças entre *gays* e heterossexuais, as ligações a recursos comunitários, integração de imagens positivas associadas à homossexualidade nos *curricula* e o acesso a livros relevantes nas bibliotecas das escolas. A terceira tem a ver com as características de composição, como o número de estudantes e docentes que estão “fora” e as atitudes agregadas face à homossexualidade. A última, é de ordem social e comportamental e da expressão pública do afecto no mesmo sexo – e nos opostos – os pares que colocados nas danças e o uso de linguagem pejorativa.

Morris et al. (1999) identificaram que 13 comandos de polícia diferiam na forma como os comandantes proporcionavam a integração de oficiais novos, recolheram os dados através da avaliação feita pelos oficiais ao apoio dado pelo comandante e a sua sensibilidade à diversidade. Encontraram-se diferenças por grupos, ao nível das características demográficas (homens brancos, homens de minorias e mulheres), na avaliação feita pelos oficiais e na interacção dos grupos por comando, indicando que os diferentes grupos tiveram experiências sistematicamente diferentes. Para além disso, os padrões de correlação entre a avaliação e outras variáveis diferem de grupo para grupo. Entre as mulheres e os homens de grupos minoritários, a percepção da sensibilidade do comandante à diversidade estava positivamente correlacionada com a percepção de justiça no comando; para os homens brancos a correlação foi inversa. As percepções agregadas do comandante (médias dos subgrupos por comandos) estavam relacionadas com o envolvimento pessoal dos oficiais com as forças policiais, controlando-se as percepções individuais dos mesmos.

Evidentemente, um determinado contexto físico pode ser experimentado e ter associações com determinados resultados de forma diferenciada para vários indivíduos. Temo-nos focado na diversidade sócio-cultural, mas as diferenças ao nível cognitivo e de desenvolvimento e os vários recursos pessoais são, também, importantes (Moos, 2002).

Shinn e Rapkin (2000) analisaram três formas de relação entre pessoas e ambiente/contexto. A primeira forma é a semelhança entre os indivíduos do mesmo contexto nas variáveis demográficas e de valores. Apesar de haver muitas vantagens associadas à diversidade, esta também pode tornar-se numa fonte de tensão. A segunda forma, refere-se à compatibilidade entre as necessidades dos indivíduos e os recursos do contexto ou as exigências do contexto e as características individuais ou competências das pessoas. Num estudo clássico, Kelly (1979) demonstrou que os rapazes estudantes do ensino secundário que eram “exploradores” (activos, envolvidos, assertivos) estavam mais adaptados do que os rapazes pouco exploradores, numa escola onde a rotatividade anual de estudantes era alta e faziam mais amizades; o contrário acontecia nas escolas com pouca rotatividade de estudantes. A terceira forma é a congruência entre as características do contexto e as preferências pessoais. As três formas podem ser expressas através das interacções entre as pessoas e os contextos e existem evidências que ligam estas três formas ao bem-estar.

#### ESFORÇOS INDIVIDUAIS E COLECTIVOS PARA A MUDANÇA: COMUNIDADES E CONTEXTOS COMUNITÁRIOS

Apesar da maioria das pesquisas que temos revisto enfatizarem as influências contextuais nos indivíduos, os psicólogos comunitários estão também preocupados com a forma como os indivíduos e grupos podem mudar as áreas de residência/bairros e os contextos comunitários para ampliar o bem-estar humano. Procurámos aqui evidenciar apenas alguns esforços recentes desenvolvidos por membros de comunidades para as mudarem, bem como intervenções realizadas por cientistas sociais para aumentarem o bem-estar através da mudança dos contextos.

Um livro recente sobre capital social e comunidades pobres (Saegert et al., 2001) descreve um conjunto de esforços para a mudança social desenvolvidos por membros da comunidade e ambos constroem e fortalecem o capital social. As mulheres afro-americanas que regressaram a comunidades do Sul, com atitudes e competências adquiridas no Norte, criaram associações para ajudar outras pessoas na comunidade e criaram relações com o

exterior da comunidade para proporcionarem recursos comunitários para os cuidados das crianças (Lopez & Stack, 2001). Uma coligação comunitária organizada por padres de Boston conseguiu unir a polícia e as pessoas da comunidade para combaterem a violência juvenil e uma colaboração semelhante entre a polícia e a igreja desenvolveu a confiança e proporcionou zonas de segurança em Chicago (Sampson, 2001). Uma parceria entre organizações comunitárias e organizações de saúde agiram para mobilizar as organizações comunitárias, os seus membros e recursos para a promoção da saúde (James et al., 2001). As organizações de origem religiosa que têm por base o capital social das organizações religiosas, desenvolvem líderes, redes sociais e relações inter-organizações para abordarem os problemas sociais (Foley et al., 2001).

Similarmente Venkatesh (1999) analisou movimentos de base comunitária para combaterem os gangs na zona de Chicago. Uma instituição de base comunitária (*grass-roots*) reconheceu e trabalhou com o líder de um gang poderoso para conseguirem uma “zona comunitária” onde os residentes se podiam queixar e resolver as disputas com os membros dos gangs. A mesma instituição tentou unir os membros dos gangs e os residentes para lidarem com as preocupações comuns, como por exemplo, os preços exorbitantes das mercearias, os recursos limitados das escolas e os registos eleitorais. Por outro lado, os pastores locais actuaram junto dos elementos femininos dos gangs para lidarem com os comportamentos sexuais abusivos por parte dos elementos masculinos dos gangs e aumentar a segurança pública.

Wandersman e Florin (2000) reviram a literatura existente sobre características individuais e ambientais que promovem a participação dos cidadãos em organizações de vizinhança e de desenvolvimento comunitário. Os autores reviram evidências de que essas organizações fazem toda a diferença na redução da deterioração física e do crime, promovem o desenvolvimento de serviços sociais, os laços informais de vizinhança e influenciam as atitudes dos indivíduos, como a confiança, a sensação de eficácia pessoal e política e o sentimento de comunidade. As organizações comunitárias influenciam, não só, o sentimento de *empowerment* psicológico mas, também, o poder real e a capacidade de decisão nas comunidades.

As intervenções desenvolvidas pelos cientistas

sociais têm, habitualmente, alvos mais limitados. Vários estudiosos colaboraram com membros das comunidades para reduzir o consumo precoce de álcool e tabaco, como Wagenaar et al. (1999) que mobilizaram comunidades através de campanhas educacionais para controlar as vendas de álcool e alterar as políticas de consumo de bebidas nas festas comunitárias. Biglan et al. (1996) e Jason et al. (1999) actuaram para reforçar a proibição nas vendas de tabaco. Realizaram testes juntos dos vendedores para verificar se estes estavam a vender os produtos proibidos aos adolescentes. Estes enfrentavam, assim, a possibilidade de receber avisos, multas ou perder a licença se os vendessem e recompensavam aqueles que não o fizessem. As três intervenções diminuíram as vendas e os consumos pelos menores ao longo do tempo ou em comparação com outras comunidades. Lichtenstein et al. (1996) descreveram uma intervenção bem sucedida na alteração das políticas de controlo tabágico em 20 tribos índias do Noroeste. Estes esforços foram prejudicados por questões tradicionais no uso do tabaco e pela dependência económica da venda do tabaco por parte de muitas tribos. Altman e Goodman (2001), Revenson e Schiaffano (2000) e Reppuci et al. (1999) descrevem, também, intervenções de base comunitárias para as questões da saúde.

As intervenções podem, igualmente, dirigir-se para contextos específicos. Por exemplo, Miller et al. (1998) usou um modelo desenvolvido por Kelly et al. (1991, 1992) baseado na difusão de uma teoria inovadora para alterar a prática de sexo não-seguro em três bares *gays*. Formando líderes de opinião, identificados pelos empregados de bar, para disseminar informação sobre o uso de preservativos levou a uma diminuição do envolvimento em sexo pago desprotegido. As mudanças foram mediadas pela frequência aos bares, sugerindo ou efeito moderado ou dependente do grau de ligação ao contexto específico. Os negros não foram afectados por esta intervenção, talvez porque os líderes de opinião eram maioritariamente brancos ou latinos. Surpreendentemente, apesar da mudança de comportamentos, as práticas descritivas (como os *gays* percepcionavam os comportamentos “dos outros no bar”) não mudaram, talvez pela definição demasiado abrangente de “outros”, ou do uso de normas descritivas em vez de injuntivas.

Os estudos que descrevemos usaram dados

qualitativos bastante ricos e designs de investigação interessantes como, bases múltiplas, início desfasado no tempo das intervenções, grupos de comparação não-equivalentes para tornarem plausíveis as inferências causais com número reduzido de contextos que poderiam não obedecer sempre às condições de aleatoriedade. Os autores chamam à atenção para diversidade sócio-cultural dos vários contextos e para a importância de trabalharmos colaborativamente com os membros das comunidades (Sarason, 1972). Cherniss e Deegan (2000) reviram os factores associados ao sucesso da criação de contextos e da manutenção da sua visão alternativa.

#### QUESTÕES METODOLÓGICAS NA AVALIAÇÃO DE CONTEXTOS COMUNITÁRIOS

Em todas as disciplinas empíricas, a complexidade teórica e a sofisticação metodológica andam a par. Os psicólogos têm dispendido muito mais energias e tempo a analisar os atributos individuais do que a aceder aos contextos do comportamento humano ou às transacções entre as pessoas e os seus contextos e a falta de instrumentos de medida adequadas contribui para este erro que é a minimização dos contextos. Contudo, temos encontrado abordagens importantes e desafios na análise dos efeitos dos contextos comunitários. A análise contextual e de multi-nível é, igualmente, um tema crucial.

#### A CONFUSÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS INDIVIDUAIS E OS CONTEXTOS

As características individuais estão, naturalmente, correlacionadas com as características dos contextos sociais (especialmente quando os contextos são definidos em termos das características comuns dos indivíduos que neles residem). As ideias erradas, conhecidas como efeitos de selecção (p.e., Tienda, 1991), podem advir de escolhas ou constrangimentos; os imigrantes muitas vezes escolhem residir em bairros onde vivem outros imigrantes onde a língua, os valores culturais, a comida, e muitos outros aspectos da vida lhes são familiares e as redes sociais são possíveis. As pessoas pobres tendem a residir em zonas pobres, porque não conseguem suportar ter casa nas comunidades mais

ricas e porque os membros de grupos minoritários sofrem de discriminação e segregação continuadas (Massey & Denton, 1993). A ligação e a participação em determinados contextos comunitários dependem, também, dos atritos que os contextos estimulam nos indivíduos, do desagrado que provoca naqueles que não encontram aquilo que procuram e, ainda, muitas vezes a selecção realizada pelos próprios contextos (Levy, 2000; Shinn & Rapkin, 2000). Os efeitos da selecção, atracção e desagrado reproduzem, muitas vezes, os efeitos dos contextos nos comportamentos. Por exemplo, um colégio mais selectivo nas suas candidaturas pode, por um lado, admitir alunos mais talentosos e, por outro, desenvolver melhor os seus talentos do que uma escola menos selectiva.

Devido à confusão entre as características individuais e os contextos, os pesquisadores tendem a controlar estatisticamente as características individuais ou familiares para estimarem os efeitos de um determinado contexto, mas preocupam-se que esses controlos sejam insuficientes devido a utilização de medidas desadequadas ou incompletas (Duncan et al., 1997). Contudo, tendo em conta que as associações entre as características contextuais e que os comportamentos individuais são causais, as características da variância global quando comparadas a nível individual tendem a ser mais vezes sobrevalorizadas do que perspectivadas a níveis inferiores. Da mesma forma, tendo em conta que as zonas de residência influenciam as relações parentais, o controlo das características familiares, quando se estudam os comportamentos das crianças pode levar a resultados incorrectos (Duncan, 1997). A possibilidade de incorrecção é indicada pelos efeitos de larga escala nas experiências Gautreaux “Mudança para a Oportunidade”, em que as confusões entre o que vem dos indivíduos e das zonas de residência foram eliminadas de forma diferente dos estudos correlacionais e em que as características individuais eram controladas. Adicionalmente, no estudo de Gautreaux os efeitos da zona de vizinhança eram mais fortes do que as questões educacionais, de emprego e do rendimento salarial, estas mesmas características individuais que são usualmente controladas nos estudos. Os efeitos podem ser ainda mais visíveis em estudos experimentais do que correlacionais devido às situações extremas dos grupos estudados e às condições deficitárias de análise das zonas de residência nos estudos correlacionais. Voltamos assim à última

possibilidade, apesar de bem planeados, as correlações multi-nível podem cair no erro de minimizarem a importância do contexto.

Obviamente, muitos estudos no âmbito da literatura da psicologia não dão a devida atenção aos contextos comunitários mas relatam antes associações entre características individuais, como a raça, e certos resultados. Contudo, tal como refere Wilson (1987), os afro-americanos pobres têm bastantes mais probabilidades de residirem em zonas pobres do que os americanos pobres brancos. Por exemplo, numa amostra nacionalmente representativa de crianças entre os 10 e os 13 anos, 23,2% de negros e 0,3% de brancos vivem em bairros em que pelo menos 40% dos vizinhos são pobres (Duncan & Aber, 1997). Como demonstraram Loventhal e Brooks-Gunn (2000) as condições económicas de um bairro estão relacionadas com variáveis como as habilitações académicas, a gravidez na adolescência e a delinquência, mesmo depois de controladas as características familiares. Assim, as consequências causadas pelas zonas de residência podem aparecer como efeitos das características individuais, como a raça, com as quais são confundidas.

Quando os contextos não são completamente ignorados, são analisados de formas simplistas. O simples controlo da pobreza num bairro pode subestimar o grau em que os residentes numa determinada zona, na qual alguns afro-americanos residem, vivenciam os diferentes “nichos-ecológicos” no que se refere ao desenvolvimento da educação, do emprego, oportunidades de casamento e oportunidades para estabelecerem interações com a restante sociedade (Wilson, 1987, p. 60). As diversidades raciais vão para além das relações residenciais imediatas, tal como demonstraram Sampson et al. (1999) em Chicago. A eficácia colectiva depende, não só, das características das zonas de residência imediatas (definidas como *clusters* nos censos que inventariaram cerca 8000 pessoas) mas também da eficácia colectiva das zonas residenciais circundantes. A predominância de zonas residenciais circundantes de brancos tende a ser mais eficaz do que as zonas residenciais circundantes de negros. Mais, as zonas residenciais de brancos que tendem a não ser eficazes continuam a ser mais vantajosas, quando comparadas com as zonas residências de negros, quando situadas junto a comunidades com elevada eficácia. As zonas residenciais de negros com elevada eficácia

têm mais tendência, quando comparadas com comunidades brancas, de serem “espacialmente vulneráveis” devido à contiguidade com zonas de residência de baixa eficácia. Assim, os jovens negros estão duplamente em desvantagem devido à sua própria comunidade e às comunidades que a circundam.

Mesmo quando as características individuais não são confundidas com o contexto, condicionantes contextuais podem ser confundidas com traços individuais. Exemplos deste tipo de erro, de minimização do contexto, existem em abundância no caso dos sem-abrigo, em que o erro mais comum é olharmos apenas para as causas individuais dos sem-abrigo, ignorando a informação sobre a capacidade de manutenção de uma casa (Koegel et al., 1996). As características individuais também podem ser confundidas com as restrições inerentes aos serviços prestados (Shinn & Weizman, 1996). Por exemplo, investigadores concluíram que as famílias sem-abrigo tendem a ser constituídas por mulheres em situação de monoparentalidade e são nómadas, a partir de estudos realizados em abrigos que excluem homens e que têm uma estadia limitada a 30 dias. Concluíram, igualmente, que os abusadores de substâncias não conseguem manter uma habitação, baseando-se em estudos de programas habitacionais que expulsam quem for apanhado a consumir substâncias.

#### *A Seleccionaç o de contextos para análise*

Tal como Bronfenbrenner (1979, 1986) sublinhou, os indivíduos podem ser indiretamente influenciados por contextos em que não entraram. Normalmente essas influências são mediadas pelo contexto de residência, por exemplo, os pais afro-americanos que experimentam situa es de racismo no seu local de trabalho, socializar o as suas crianças relativamente às questões da raça sendo influenciados por essas situa es (Hughes & Chen, 1997). Contudo, a maioria das pesquisas centra-se nos contextos imediatos.

**Identifica o dos Limites** – Um tema crucial quando se avaliam contextos   a questão dos limites. Em estudos compostos as zonas de residência ou comunidades são definidas com base nos censos ou em pequenos grupos habitacionais; esta não   uma forma desadequada de começar. Os limites dos censos são definidos

através da consulta às comunidades locais para que se tenham em conta as características físicas do contexto, mas também, as divisões étnicas e sociais (Leeventhal & Brooks-Gunn, 2000). Contudo, as defini es das pessoas sobre as suas zonas de residência/comunidades nem sempre vão ao encontro dos limites dos censos. Num pequeno estudo numa cidade, Coulton et al. (2001) descobriram que a defini o dos residentes relativamente   sua comunidade era semelhante   do censo no que se referia ao tamanho, mas que tipicamente incluía parcelas de, pelo menos, dois de três sectores dos bairros. Mais, em média, apenas 43% das defini es dos limites da zona de residência era coincidente entre os residentes. As correla es entre os indicadores sociais definidos pelos censos e pelos residentes estava abaixo de 3.

Mesmo as defini es feitas pelos próprios residentes, defini es essas que podem ser influenciadas pelos nomes das zonas de residência ou pelo reconhecimento dos limites do bairro, podem não reflectir as áreas geográficas que efectivamente os afectam. Os locais onde os residentes passam o seu tempo ou por onde passam quando v o para a escola, trabalho, compras, igrejas, ou para as actividades recreativas podem ter maior influência. Contudo, membros de uma mesma família que residam na mesma morada podem receber influências de diferentes bairros.  reas mais reduzidas que as definidas pelos censos podem ser bastante importantes, por exemplo, a vista de uma janela de um apartamento foi considerada importante, no que se refere ao sentimento de segurança e adapta o, no estudo realizado por Kuo et al. (1998). A relevância relativamente   dimensão de um bairro pode variar sistematicamente de acordo com idade, saúde ou empregabilidade das pessoas. Tienda (1991) defende que os bairros influentes e relevantes não devem ser definidos em termos geográficos, mas sim em termos dos padrões de interac o social existentes. Grannis (1998) demonstrou que a rela o entre os vizinhos nas zonas de ruas estreitas para pedestres explica melhor a segrega o racial do que a proximidade geográfica. Tendo em conta estas considera es,   surpreendente que as variáveis associadas aos bairros expliquem tanto.

Os limites dos contextos comunitários podem parecer mais fáceis de definir, contudo, muitas pessoas pertencentes a grupos religiosos, grupos de ajuda-mútua ou ginásios podem nunca, de facto, frequent -los. As experiências realizadas através

de métodos amostrais podem estudar a exposição das pessoas a determinados contextos. Por exemplo, Larson et al. (2001) revelou que as crianças euro-americanas dos subúrbios de Chicago passavam mais tempo na escola do que as crianças afro-americanas do centro de Chicago, e os dois grupos passavam muito menos tempo do que as crianças de classe média da Coreia e da Índia, devido à duração do horário escolar. Uma questão de investigação importante é o peso relativo dos contextos a ser medido pela proporção de tempo dispendido como factor explicativo do seu poder, embora esse peso relativo a nível individual possa ter efeitos na selecção das amostras

**Amostragem** – Os estudos quantitativos de associação de contextos com resultados individuais têm de ter uma amostra de dimensão suficiente para ter variáveis contextuais satisfatórias e número suficiente de indivíduos nesse contexto (Leventhal & Brooks-Gunn, 2000). A estratificação por raça/etnicidade e estatuto socio-económico (Sampson et al., 1997), podem maximizar a possibilidade de compreender os efeitos da confusão entre variáveis e amostras intensionais, como a amostra de um bairro com elevado e baixo índice de abusos de crianças estudada por Coulton et al. (1996) em que se maximizou a modificação nas variáveis-chave. Podem e devem ser feitas amostragens dos contextos ao longo do tempo para se compreender melhor os processos de mudança.

#### *Estratégias de Medição*

Muitos teóricos têm descrito diversas abordagens para acedermos aos contextos numa perspectiva ecológica, Linney (2000) divide-as em percepções dos participantes, em indicadores objectivos e medição das regularidades sociais. Livert e Hughes (2002) focalizaram-se na análise dos contextos e nas trocas entre as pessoas e os contextos. Shinn e Rapkin (2000) centraram-se no facto de a abordagem envolver a agregação de informação através ou sobre as unidades de análise (ou seja, as pessoas) ou ter lugar ao nível ecológico do próprio contexto. A agregação implica uma atenção especial às propriedades das medidas agregadas (Raudenbush & Sampson, 1999). Procedemos à revisão de várias abordagens para o estudo os contextos sociais.

**Medidas de Análise Compostas Assentes em Informação de Arquivo** – Recentemente muitos estudos sobre análise dos bairros usaram informação de arquivo recolhida pelos censos sobre as características demográficas dos indivíduos e ligando-as a determinadas zonas geográficas como os censos.

Os dados dos censos são muito utilizados porque são dados que se encontram disponíveis com facilidade, mas os censos não são feitos para aceder às características das zonas que influenciam os residentes e as variáveis recolhidas pelos censos são relativamente distantes dos comportamentos que pretendemos estudar (Earls & Buka, 2000). Os estudos que utilizam dados dos censos combinam, frequentemente, muitas variáveis (Leventhal & Brooks-Gubb, 2000) que são inconsistentes de estudo para estudo e têm pouca relação com a teoria. Os estudos raramente corrigem os enviesamentos comuns nos censos, lacunas na identificação de pessoas pobres e imigrantes, e os dados dos censos, que são recolhidos de 10 em 10 anos, podem não representar a realidade mais actual de determinadas zonas de residência. Coulton e Hollister (1998) sugerem o uso de dados de arquivo para se aceder a outro tipo de informações sobre as características das comunidades, incluindo informação sobre a habitação (p.e., relatórios sobre violação dos códigos habitacionais), sobre a economia (p.e., registos de subsídio de desemprego), segurança (p.e., registos policiais, ficheiros dos tribunais de menores), educação (p.e., registos das escolas públicas), saúde (p.e., registos de saúde), serviços sociais (p.e., registos dos apoios sociais), recursos comunitários e participação (p.e., directórios comunitários). Linney (2000) descreve o uso de dados de arquivo para aceder a informações sobre regularidades sociais. As fontes de arquivo têm os seus próprios enviesamentos e ameaças à validade dos estudos (Coulton & Hollister, 1998; Linney, 2000; Webb et al., 1981) mas pode ser utilizada de forma mais genérica.

**Medidas Compostas das Percepções** – As percepções individuais são frequentemente utilizadas para caracterizar determinados contextos comunitários. Os indivíduos podem apresentar as suas próprias atitudes e valores, e estes podem ser agregados para se conceber as normas comuns naquele contexto (Henry et al., 2000), ou em características do próprio contexto em si. As escalas de clima social desenvolvidas por Moss e col.

(Moss, 1994) acedem a dimensões sobre os relacionamentos, crescimento pessoal e mudança e manutenção do sistema, em contextos diversificados. Conceber esta agregação de percepções como formas de análise do contexto pode requerer uma aceitação congruente dessas ligações entre percepções e contexto, significativa de contexto para contexto, e associações coerentes entre as percepções e outras variáveis, controlando-se as percepções individuais (Shinn & Rapkin, 2000). Temos de compreender como é que conseguimos esse nível de congruência (selecção, atracção, atrito, socialização) e compreender a variação sistemática nas percepções.

**Registos de Observação** – A estratégia utilizada pelos participantes para classificarem os contextos é, muito provavelmente, determinada pela possibilidade de comparação com outros contextos a que estiveram expostos. Observadores treinados podem melhor avaliar uma variedade de contextos através de uma medida estável de análise (Perkins & Taylor, 1996). A consistência entre análises é crucial, mas será mais fácil de alcançar se as características contextuais de análise forem mais estáveis. Os padrões de interacção social podem variar de acordo com o dia e a hora e, no que se refere aos contextos exteriores, por influência do tempo atmosférico ou da estação do ano, assim fazer amostragens de vários períodos de observação é tão importante como fazer amostragens de vários locais. A recolha de dados através de observação pode deixar de fora situações com elevado impacto, como tráfico de droga ou violência, situações que os participantes pretendem esconder ou existem em baixo índice. Linney (2000) descreve uma série de inventários de observação para contextos específicos.

**As Regularidades dos Contextos** – Os contextos diferem na forma como promovem, toleram ou proíbem determinados comportamentos. Os procedimentos de avaliação multi-fásica de ambientes (Moos & Lemke, 1996) avalia sistematicamente as políticas dos programas, as características físicas e arquitectónicas, as características socio-demográficas dos habitantes e profissionais e o clima social dos recursos locais, como as casas de repouso. Os múltiplos instrumentos analisam as políticas desenvolvidas bem como a percepção dos profissionais que as implementam. Ambas

são importantes e é necessário que sejam equivalentes. Linney (2000) chama a atenção para a diferença entre políticas formais (como integração escolar) e consistências sociais inerentes aos sistemas (como a aulas segregadas pelas informações acerca dos estudantes).

**Métodos Qualitativos e Descritivos** – Os dados qualitativos proporcionam descrições ricas dos processos ecológicos, processos que são difíceis de captar de outras formas (Caughy et al., 1999; Furtenberg, 1993; Plas & Lewis, 1996). Potenciais limitações são as amostras de dimensão reduzida que colocam em causa a consistência e a representatividade dos resultados. A integração de várias abordagens, por exemplo usar dados quantitativos para seleccionar contextos representativos para posteriormente fazer investigação qualitativa, pode proporcionar melhor aceitação (Campbell & Ahrens, 1998). O Projecto para o Desenvolvimento Humano dos Bairros de Chicago usou amostras aleatórias estratificadas dos bairros seleccionados. Nos vários bairros utilizou-se uma variedade de técnicas para recolha de dados, incluindo entrevistas com informantes-chave: comerciantes, administradores escolares, líderes religiosos, polícias e líderes formalmente eleitos, foram escolhidos aleatoriamente de uma lista de cada um destes grupos. Para além disso, as pessoas identificadas como líderes foram escolhidas através do consenso de nomeações feitas pelos outros grupos (Earls & Buka, 2000). As abordagens qualitativas e etnográficas podem ser particularmente importantes para a compreensão do funcionamento e processos de cada contexto.

**Abordagens Criativas** – Os investigadores têm vindo a utilizar um conjunto de métodos criativos para determinados objectivos. Perkins e Taylor (1996) fizeram uma análise de conteúdo de jornais com notícias de crimes para predizerem o medo do crime. Campbell e Ahrens (1998) analisaram as ligações entre os sistemas: legal, de saúde mental e de saúde para determinarem as consequências para as vítimas de violação. Chesir-Teran (2002) propôs uma análise multifacetada dos contextos escolares relativamente ao heterossexismo. Determinar a forma de análise certa para captar as características essenciais de um determinado contexto continua a ser um grande desafio.

**Questões Éticas** – A pesquisa nos contextos comunitários levanta várias questões importantes que não são reconhecidas pelo código ético da Associação Americana de Psicologia (Snow et al., 2000; Trickett, 1996; Trickett & Levin, 1990). Os investigadores têm de ter em consideração os diversos valores, objectivos e poderes dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades e as interacções complexas entre eles, bem como os seus próprios valores na prossecução das pesquisas e intervenções (Prilleltensky, 2001; Snow et al., 2000). As intervenções podem ter consequências, nem todas positivas (Levine & Perkins, 1997), que vão além das pessoas e dos contextos que as consentiram ou que participaram no seu planeamento. A compilação de informação para caracterizar determinadas comunidades ou contextos implica a aplicação da informação aos contextos colectivos, quando somente pessoas individualmente deram o seu consentimento. Devido a estes dilemas, os psicólogos comunitários solicitam frequentemente a autorização da comunidade para realizar pesquisa e a colaboração da comunidade no planeamento da investigação, delimitação dos estudos e na identificação de como a informação recolhida poderá ser utilizada, tendo por base o espírito “nada sobre nós, sem nós” (Nelson et al., 1998). Contudo, identificar uma representatividade apropriada das comunidades ou encontrar consenso em comunidades diferentes nem sempre é fácil. As questões éticas, tal como as metodológicas, continuarão a ser um desafio para os investigadores que procurem compreender os contextos do bem-estar humano.

## CONCLUSÃO

Argumentámos que os contextos comunitários são importantes para o bem-estar humano de formas que os psicólogos ignoram demasiadas vezes. Modelos conceptuais importantes para se compreender as ligações entre os contextos e os comportamentos incluem o capital social, as normas e o stress social. Para as comunidades, os efeitos compostos mediados por variáveis como a eficácia colectiva, são muito importantes. Para os contextos comunitários, tanto as funções instrumentais como os papéis sociais, são importantes. A minimização de determinadas características contextuais leva ao empobrecimento da compreensão do desenvolvimento e de outros processos psico-

lógicos, à perpetuação de estereótipos e à supressão de oportunidades para a intervenção. Melhores teorias psicológicas, inferências mais precisas e mudanças sociais bem-sucedidas, requerem maior atenção à reciprocidade de relações entre as pessoas e os contextos e às formas como as influências contextuais são relevantes para diversas populações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allen, J. P., Kuperminc, G., Philliber, S., & Herre, K. (1994). Programmatic prevention of adolescent problem behaviors: the role of autonomy, relatedness and volunteer service in the Teen Outreach Program. *American Journal of Community Psychology, 22*, 617-638.
- Allen, J. P., Philliber, S., Herrling, S., & Kuperminc, G. P. (1997). Preventing teen pregnancy and academic failure: experimental evaluation of a developmentally based approach. *Child Development, 64*, 729-742.
- Allen, J. P., Philliber, S., & Hoggson, N. (1990). School-based prevention of teenage pregnancy and school dropout: process evaluation of the national replication of the Teen Outreach Program. *American Journal of Community Psychology, 18*, 505-524.
- Allison, K. W., Crawford, I., Leone, P. E., Trickett, E., Perez-Febles, A. et al. (1999). Adolescent substance use: preliminary examinations of school and neighborhood context. *American Journal of Community Psychology, 27*, 111-141.
- Altman, D. G., & Goodman, R. M. (2001). Community intervention. In A. Baum, T. A. Revenson, & J. E. Singer (Eds.), *Handbook of Health Psychology* (pp. 591-612). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Altman, I., & Rogoff, B. (1987). World views in psychology: trait, interactional, organismic, and transactional perspectives. In D. Stokols, & I. Altman (Eds.), *Handbook of Environmental Psychology* (pp. 7-40). New York: Wiley.
- Aneshensel, C., & Sucoff, C. A. (1996). The neighborhood context of adolescent mental health. *Health Soc. Behavior, 37*, 293-310.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological Psychology: Concepts and Methods for Studying the Environment of Human Behavior*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Baumohl, J. (Ed.) (1996). *Homelessness in America*. Phoenix, AZ: Oryx.
- Bennett, C. C., Anderson, L. S., Cooper, S., Hassol, L., Klein, D. C. et al. (1966). *Community Psychology: A Report of the Boston Conference on the Education of Psychologists for Community Mental Health*. Boston: Boston University & South Shore Mental Health Center.

- Biglan, A., Ary, D., Koehn, V., Levings, D., Smith, S. et al. (1996). Mobilizing positive reinforcement in communities to reduce youth access to tobacco. *American Journal of Community Psychology*, 24, 625-638.
- Bowen, W. G., & Bok, D. (1998). *The Shape of the River: Long-Term Consequences of Considering Race in College and University Admissions*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Brodsky, A. E., O'Campo, P. J., & Aronson, R. E. (1999). PSOC in community context: multi-level correlates of a measure of psychological sense of community in low-income, urban neighborhoods. *Journal of Community Psychology*, 27, 659-679.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Brooks-Gunn, J., Duncan, G. J., Aber, J. L. (Eds.) (1997a). *Neighborhood Poverty. Vol. 1: Context and Consequences for Children*. New York: Russell Sage Found.
- Brooks-Gunn, J., Duncan, G. J., Aber, J. L. (Eds.) (1997b). *Neighborhood Poverty. Vol. 2: Policy Implications in Studying Neighborhoods*. New York: Russell Sage Found.
- Buka, S. L., Stichick, T. L., Birdthistle, I., & Earls, F. J. (2001). Youth exposure to violence: prevalence, risks and Consequences. *American Journal of Orthopsychiatry*, 11, 298-310.
- Burroughs, S. M., & Eby, L. T. (1998). Psychological sense of community at work: a measurement system and explanatory framework. *Journal of Community Psychology*, 26, 509-532.
- Campbell, R. (1998). The community response to rape: victims' experiences with the legal, medical, and mental health systems. *American Journal of Community Psychology*, 26, 355-379.
- Campbell, R., & Ahrens, C. E. (1998). Innovative community services for rape victims: an application of multiple case study methodology. *American Journal of Community Psychology*, 26, 537-571.
- Caughy, M. O., Brodsky, A. E., O'Campo, P. J., Aronson, R. (2001). Perceptions of parenting: individual differences and the effects of community. *American Journal of Community Psychology*, 29, 679-699.
- Caughy, M. O., O'Campo, P. J., & Brodsky, A. E. (1999). Neighborhoods, families, and children: implications for policy and practice. *Journal of Community Psychology*, 27, 615-633.
- Cherai, C., & Deegan, G. (2000). The creation of alternative settings. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 359-377). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Chesir-Teran, D. (2002). Conceptualizing and assessing heterosexism in high school: a setting-level approach. *American Journal of Community Psychology* (in press).
- Colder, C. R., Mott, J., Levy, S., & Flay, B. (2000). The relations of perceived neighborhood danger to childhood aggression: a test of mediating mechanisms. *American Journal of Community Psychology*, 28, 83-103.
- Coulton, C. J. (1996). Effects of neighborhoods on families and children: implications for services. In A. J. Kahn, & S. B. Kamerman (Eds.), *Children and Their Families in Big Cities: Strategies for Service Reform* (pp. 87-120). New York: Cross-Natl. Stud. Rés. Progr., Columbia Univ. Sch. Soe. Work.
- Coulton, C. J., & Hollister, R. (1998). Measuring comprehensive community initiative outcomes using data available for small areas. In K. Fulbright-Anderson, A. C. Kubisch, & J. P. Connell (Eds.), *New Approaches to Evaluating Community Initiatives* (pp. 165-220). Queenstown, MD: Aspen Institute.
- Coulton, C. J., Korbin, J. E., Chan, T., & Su, M. (2001). Mapping residents' perceptions on neighborhood boundaries: a methodological note. *American Journal of Community Psychology*, 29, 371-383.
- Coulton, C. J., Korbin, J. E., & Su, M. (1996). Measuring neighborhood context for young children in an urban area. *American Journal of Community Psychology*, 24, 5-32.
- Cunningham, M. (1999). African American adolescent males' perceptions of their community resources and constraints: a longitudinal analysis. *Journal of Community Psychology*, 27, 569-588.
- Del Conte, A., & Kling, J. (2001). A synthesis of MTO research on self-sufficiency, safety and health, and behavior and delinquency. *Poverty Rés. News*, 5 (1). [http://www.jcpr.org/newsletters/vo!5\\_nol/index.html](http://www.jcpr.org/newsletters/vo!5_nol/index.html)
- Duncan, G. J., & Aber, J. L. (1997). Neighborhood models and measures. In J. Brooks-Gunn, G. J. Duncan, & J. L. Aber (Eds.), *Neighborhood Poverty. Vol. 1: Context and Consequences for Children* (pp. 62-78). New York: Russell Sage Found.
- Duncan, G. J., Connell, J. P., & Klebanov, P. K. (1997). Conceptual and methodological issues in estimating causal effects of neighborhoods and family conditions on individual development. In J. Brooks-Gunn, G. J. Duncan, & J. L. Aber (Eds.), *Neighborhood Poverty. Vol. 1: Context and Consequences for Children* (pp. 219-250). New York: Russell Sage Found.
- Earls, F., & Buka, S. (2000). Measurement of community characteristics. In J. P. Shonkoff, & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention* (pp. 309-324, 2nd ed.). New York: Cambridge University Press.
- Foley, M. W., McCarthy, J. D., & Chaves, M. (2001). Social capital, religious institutions, and poor communities. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social Capital and Poor Communities* (pp. 215-245). New York: Russell Sage Found.
- Furstenberg, F. F. Jr (1993). How families manage risk and opportunity in dangerous neighborhoods. In W. J. Wilson (Ed.), *Sociology and the Public Agenda* (pp. 231-258). Newbury Park, CA: Sage.

- Furstenberg, F. F. Jr, & Hughes, M. E. (1997). The influence of neighborhoods on children's development: a theoretical perspective and research agenda. In J. Brooks-Gunn, G. J. Duncan, J. L. Aber (Eds.), *Neighborhood Poverty. Vol. 2: Policy Implications in Studying Neighborhoods* (pp. 23-47). New York: Russell Sage Found.
- Garcia, I., Giuliani, F., & Wiesenfeld, E. (1999). Community and sense of community: the case of an urban barrio in Caracas. *Journal of Community Psychology*, 27, 727-740.
- Gonzales, N. A., Cauce, A. M., Friedman, R. J., & Mason, C. A. (1996). Family, peer, and neighborhood influences on academic achievement among African-American adolescents. *American Journal of Community Psychology*, 24, 365-387.
- Grannis, R. (1998). The importance of trivial streets: residential streets and residential segregation. *American Journal Sociol.*, 103, 1530-1564.
- Griffin, K. W., Scheier, L. M., Botvin, G. J., Diaz, T., & Miller, N. (1999). Interpersonal aggression in urban-minority youth: mediators of perceived neighborhood, peer, and parental influences. *Journal of Community Psychology*, 27, 281-298.
- Hendryx, M. S., & Ahcni, M. M. (1997). Mental health functioning and community problems. *Journal of Community Psychology*, 25, 147-157.
- Henry, D. B., Guerra, N., Huesmann, L. R., Tolan, P. H., VanAcker, R., & Eron, L. (2000). Normative influences on aggression in urban elementary school classrooms. *American Journal of Community Psychology*, 28, 59-81.
- Hirsch, B. J., Roffinan, J. G., Deutsch, N. L., Flynn, C. A., Loder, T. L., & Pagano, M. E. (2000). Inner-city youth development organizations: strengthening programs for adolescent girls. *Journal of Early Adolescence*, 20, 210-230.
- House, J. S., Landis, K. R., & Umberson, D. (1988). Social relationships and health. *Science*, 241, 515-540.
- Hughes, D., & Chen, L. (1997). When and what parents tell children about race: an examination of race-related socialization among African American families. *Applied Development Science*, 1, 200-214.
- Hughes, D., & Dodge, M. A. (1997). African American women in the workplace: relationship between job conditions, racial bias at work, and perceived job quality. *American Journal of Community Psychology*, 25, 581-599.
- James, S. A., Schulz, A. J., & van Olphen, J. (2001). Social capital, poverty, and community health: an exploration of linkages. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social Capital and Poor Communities* (pp. 165-188). New York: Russell Sage Found.
- Jarrett, R. L. (1997). Bringing families back in neighborhoods' effects on child development. In J. Brooks-Gunn, G. J. Duncan, & J. L. Aber (Eds.), *Neighborhood Poverty. Vol. 2: Policy Implications in Studying Neighborhoods* (pp. 48-64). New York: Russell Sage Found.
- Jason, L. A., Berk, M., Schnopp-Wyatt, D. L., & Talbot, B. (1999). Effects of enforcement of youth access laws on smoking prevalence. *American Journal of Community Psychology*, 27, 143-160.
- Jencks, C., & Mayer, S. E. (1990). The social consequences of growing up in a poor neighborhood. In L. E. Lynn, & M. F. H. McGeary (Eds.), *Inner City Poverty in the United States* (pp. 111-186). Washington, DC: Natl. Academy Press.
- Kelly, J. A., St. Lawrence, J. S., Diaz, Y. E., Stevenson, L. Y., Hauth, A. C. et al. (1991). HIV risk behavior reduction following intervention with key opinion leaders of population: an experimental analysis. *American Journal of Public Health*, 81, 168-171.
- Kelly, J. A., St. Lawrence, J. S., Stevenson, L. Y., Hauth, A. C., Kalichman, S. C. et al. (1992). Community AIDS/HIV risk reduction: the effects of endorsements by popular people in three cities. *American Journal of Public Health*, 82, 1483-1489.
- Kelly, J. G. (Ed.) (1979). *Adolescent Boys in High School: A Psychological Study of Coping and Adaptation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Kelly, J. G., Ryan, A. M., Altman, B. E., & Stelzner, S. P. (2000). Understanding and changing social systems: an ecological view. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 133-159). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Kingree, J. B., & Thompson, M. (2000). Mutual help groups, perceived status benefits, and well-being: a test with adult children of alcoholics with personal substance abuse problems. *American Journal of Community Psychology*, 28, 325-342.
- Klaw, E., Huebsch, P. D., & Humphreys, K. (2000). Community patterns in an on-line mutual help group for problem drinkers. *Journal of Community Psychology*, 28, 535-546.
- Koegel, P., Burnam, M. A., & Baumohl, J. (1996). The causes of homelessness. In J. Baumohl (Ed.), *Homelessness in America* (pp. 24-33). Phoenix, AZ: Oryx.
- Kulik, L. (1998). Effect of gender and social environment on gender role perceptions and identity: comparative study of kibbutz and urban adolescents in Israel. *Journal of Community Psychology*, 26, 533-548.
- Kuo, F. E., Sullivan, W. C., Coley, R. L., & Brunson, L. (1998). Fertile ground for community: inner-city neighborhood common spaces. *American Journal of Community Psychology*, 26, 823-851.
- Larson, R. W., Richards, M. H., Sims, B., & Dworkin, J. (2001). How urban African American young adolescents spend their time: time budgets for locations, activities, and companionship. *American Journal of Community Psychology*, 29, 565-597.

- Leventhal, T., & Brooks-Gunn, J. (2000). The neighborhoods they live in: the effects of neighborhood residence on child and adolescent outcomes. *Psychology Bulletin*, 126, 309-337.
- Leventhal, T., & Brooks-Gunn, J. (2002). The early impacts of Moving to Opportunity on children and youth in New York City. In J. Goering (Ed.), *Choosing a Better Life? How Public Housing Tenants Selected a HUD Experiment to Improve Their Lives and Those of Their Children: The Moving to Opportunity Demonstration Program*. Washington, DC: Urban Institute Press (in press).
- Levine, M., & Perkins, D. V. (1997). *Principles of Community Psychology: Perspective and Applications*. New York: Oxford University Press (2nd ed.).
- Levy, L. H. (2000). Self-help groups. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 591-613). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Lichtenstein, E., Lopez, K., Glasgow, R. E., & Gilbert-McRae, S. (1996). Effectiveness of a consultation intervention to promote tobacco control policies in Northwest Indian tribes. *American Journal of Community Psychology*, 24, 639-355.
- Linney, J. A. (2000). Assessing ecological constructs and community context. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 647-668). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Livert, D., & Hughes, D. (2002). The ecological paradigm: persons in settings. In T. A. Revenson, A. R. D'Augel, S. E. French, D. E. Hughes, D. Livert et al. (Eds.), *A Quarter Century of Community Psychology: Readings from the American Journal of Community Psychology* (pp. 31-59). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Lopez, M. E., & Stack, C. B. (2001). Social capital and the culture of power: lessons from the field. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social Capital and Poor Communities* (pp. 31-59). New York: Russell Sage Found.
- Lounsbury, J. W., & DeNeui, D. (1996). Collegiate psychological sense of community in relation to size of college/university and extroversion. *Journal of Community Psychology*, 24, 381-394.
- Luke, D. A., Rappaport, J., & Seidman, E. (1991). Setting phenotypes in a mutual help organization: expanding behavior setting theory. *American Journal of Community Psychology*, 19, 147-167.
- Massey, D. S., & Denton, N. A. (1993). *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Maton, K. (1989). Community settings as buffers of life stress? Highly supportive churches, mutual help groups, and senior centers. *American Journal of Community Psychology*, 17, 203-232.
- McMillan, D. W., & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: a definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14, 6-23.
- Miller, R. E., Klotz, D., & Eckholdt, H. M. (1998). HIV prevention with male prostitutes and patrons of hustler bars: replication of an HIV preventive intervention. *American Journal of Community Psychology*, 26, 97-132.
- Moos, R. H. (1994). *The Social Climate Scales: A User's Guide*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press (2nd ed.).
- Moos, R. H. (2002). The mystery of human context and coping: an unraveling of clues. *American Journal of Community Psychology*, 30, 67-88.
- Moos, R. H., & Eemke, S. (1996). *Evaluating Residential Facilities: The Multiphasic Environmental Assessment Procedure*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Morrism, A., Shinn, M., & Dumont, K. (1999). Contextual factors affecting the organizational commitment of diverse police officers: a level of analysis perspective. *American Journal Community Psychology*, 27, 75-105.
- Murrell, S. A. (1973). *Community Psychology and Social Systems: A Conceptual Framework and Intervention Guide*. New York: Behavioral.
- Nelson, G., Ochocka, J., Griffin, K., & Eord, J. (1998). "Nothing about me, without me": participatory action research with self-help/mutual aid organizations for psychiatric consumer/survivors. *American Journal of Community Psychology*, 26, 881-912.
- Pearlin, E. (1983). Role strains and personal stress. In H. B. Kaplan (Ed.), *Psychological Stress* (pp. 3-32). New York: Academic.
- Perkins, D. D., & Long, D. A. (2002). Neighborhood sense of community and social capital: a multi-level analysis. In A. Fisher, C. Sonn, & B. Bishop (Eds.), *Psychological Sense of Community: Research, Applications, and Implications* (pp. 291-318). New York: Plenum.
- Perkins, D. D., & Taylor, R. B. (1996). Ecological assessments of community disorder: their relationship to fear of crime and theoretical implications. *American Journal of Community Psychology*, 24, 63-108.
- Phillips, D. A., Howes, C., & Whitebook, M. (1992). The social policy context of child care: effects on quality. *American Journal of Community Psychology*, 20, 25-52.
- Pias, J. M., & Lewis, S. E. (1996). Environmental factors and sense of community in a planned town. *American Journal of Community Psychology*, 24, 109-143.
- Pricê, R. H. (2000). Contemporary intersections: unemployment. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 961-965). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Prilleltensky, I. (2001). Value-based praxis in community psychology: moving toward social justice and social action. *American Journal of Community Psychology*, 29, 747-778.
- Putnam, R. D. (1995). Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6 (1), 65-78.

- Rappaport, J. (1977). *Community Psychology: Values, Research, and Action*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Rappaport, J., & Seidman, E. (Eds.) (2000). *Handbook of Community Psychology*. New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Raudenbush, S., & Sampson, R. J. (1999). Ecometrics: toward a science of assessing ecological settings, with application to the systematic social observation of neighborhoods. *Social Methodology*, 29, 1-41.
- Reppucci, N. D., Woolard, J. L., & Fried, C. S. (1999). Social, community, and preventive interventions. *Annual Review Psychology*, 50, 387-418.
- Revenson, T. A., & Schiaffino, K. M. (2000). Community-based health interventions. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 471-493). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Riger, S. (1985). Crime as an environmental stressor. *Journal of Community Psychology*, 13, 270-280.
- Roberts, L. J., Salem, D., Rappaport, J., Toro, P. A., Luke, D. A., & Seidman, E. (1999). Giving and receiving help: interpersonal transactions in mutual-help meetings and psychosocial adjustment of members. *American Journal of Community Psychology*, 27, 841-868.
- Ross, C. E., & Jang, S. J. (2000). Neighborhood disorder, fear, and mistrust: the buffering role of social ties with neighbors. *American Journal of Community Psychology*, 28, 401-420.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings: distortions in the attribution process. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 10, pp. 173-220). New York: Academic.
- Royal, M. A., & Rossi, R. J. (1996). Individual-level correlates of sense of community: findings from workplace and school. *Journal of Community Psychology*, 24, 395-416.
- Royce-Davis, J. C. (2001). "It's the day-to-day living that matters": the meaning and process of community in the lives of a couple with significant psychiatric disabilities. *American Journal of Community Psychology*, 29, 807-833.
- Rubinowitz, L. S., & Rosenbaum, J. E. (2000). *Crossing the Class and Color Lines: From Public Housing to White Suburbia*. Chicago: University Chicago Press.
- Saegert, S., & Winkel, G. (1998). Social capital and the revitalization of New York City's distressed inner-city housing. *Housing Policy Debate*, 9, 11-60.
- Saegert, S., Thompson, J. P., & Warren, M. R. (Eds.) (2001). *Social Capital and Poor Communities*. New York: Russell Sage Found.
- Saegert, S., Winkel, G., & Swartz, C. (2002). Social capital and crime in New York City's low-income housing. *Housing Policy Debate*, 13, 189-226.
- Salem, D. A., Bogat, G. A., & Reid, C. (1997). Mutual help goes on-line. *Journal of Community Psychology*, 25, 189-207.
- Salem, D. A., Reischl, T. M., Gallacher, F., & Randall, K. W. (2000). The role of referent and expert power in mutual help. *Journal of Community Psychology*, 28, 303-324.
- Sampson, R. J. (2001). Crime and public safety: insights from community-level perspectives on social capital. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social Capital and Poor Communities* (pp. 89-114). New York: Russell Sage Found.
- Sampson, R. J., & Groves, W. B. (1989). Community structure and crime: testing social-disorganization theory. *American Journal Sociology*, 94, 774-802.
- Sampson, R. J., Morenoff, J. D., & Earls, F. (1999). Spatial dynamics of collective efficacy for children. *American Sociological Review*, 64, 633-660.
- Sampson, R. J., Raudenbush, S. W., & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: a multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277, 918-924.
- Sandler, I. N., Gensheimer, L., & Braver, S. (2000). Stress: theory, research, and action. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 187-213). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Sarason, S. B. (1972). *The Creation of Settings and the Future Societies*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Scarr, S., & Eisenberg, M. (1993). Child care research: issues, perspectives, and results. *Annual Review Psychology*, 44, 613-614.
- Seidman, E. (1988). Back to the future, community psychology: unfolding a theory of social intervention. *American Journal of Community Psychology*, 16, 3-24.
- Seidman, E., Allen, L., Aber, J. L., Mitchell, C., Feinman, J. et al. (1995). Development and validation of adolescent-perceived micro system scales: social support, daily hassles, and involvement. *American Journal of Community Psychology*, 23, 355-388.
- Seidman, E., Yoshikawa, H., Roberts, A., Chesir-Teran, D., Allen, L. et al. (1998). Structural and experiential neighborhood contexts, developmental stage, and antisocial behavior among urban adolescents in poverty. *Developmental Psychopathology*, 10, 259-581.
- Shaw, C. R., & McKay, H. D. (1942). *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: University Chicago Press.
- Sheidow, A. J., Gorman-Smith, D., Tolan, P. H., & Henry, D. B. (2001). Family and community characteristics: risk factors for violence exposure in inner-city youth. *Journal of Community Psychology*, 29, 345-360.
- Shinn, M., & Rapkin, B. (2000). Cross-level research without cross-ups in community psychology. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 669-695). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Shinn, M., & Weitzman, B. C. (1996). Homeless families are different. In J. Baumohl (Ed.), *Homelessness in America* (pp. 109-122). Phoenix, AZ: Oryx.

- Simons, R. L., Johnson, C., Beaman, J., Conger, R. D., Whitbeck, L. B. (1996). Parents and peer group as mediators of the effect of community structure on adolescent problem behavior. *American Journal of Community Psychology*, 24, 145-171.
- Snow, D. L., Grady, K., & Goyette-Ewing, M. (2000). A perspective on ethical issues in community psychology. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 897-917). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Snowden, L. R. (2001). Social embeddedness and psychological well-being among African-Americans and Whites. *American Journal of Community Psychology*, 29, 519-536.
- Solomon, D., Watson, M., Battistich, V., Schaps, E., & Delucchi, K. (1996). Creating classrooms that students experience as communities. *American Journal of Community Psychology*, 24, 719-748.
- Stein, C. H., & Wemmerus, V. A. (2001). Searching for a normal life: personal accounts of adults with schizophrenia, their parents and well-siblings. *American Journal of Community Psychology*, 29, 725-746.
- Stewart, E., & Weinstein, R. S. (1997). Volunteer participation in context: motivations and political efficacy within three AIDS organizations. *American Journal of Community Psychology*, 25, 809-837.
- Taylor, R. B., & Covington, J. (1993). Community structural change and fear of crime. *Sociology Problems*, 40, 374-395.
- Thompson, M. P., Norris, F. H., & Ruback, R. B. (1996). System influences on posthomicide beliefs and distress. *American Journal Community Psychology*, 24, 785-809.
- Tienda, M. (1991). Poor people and poor places: deciphering neighborhood effects on poverty outcomes. In J. Huber (Ed.), *Macro-Micro Linkages in Sociology* (pp. 244-262). Newbury Park, CA: Sage.
- Trickett, E. J. (1996). A future for community psychology: the contexts of diversity and the diversity of contexts. *American Journal of Community Psychology*, 24, 209-234.
- Trickett, E. J., & Levin, G. B. (1990). Paradigms for prevention: providing a context for confronting ethical issues. In G. B. Levin, E. J. Trickett, & R. E. Hess (Eds.), *Ethical Implications of Primary Prevention* (pp. 3-21). New York: Haworth.
- Venkatesh, S. A. (1999). Community-based interventions into street gang activity. *Journal of Community Psychology*, 27, 551-567.
- Wagenaar, A. C., Gehan, T. P., Jones-Webb, R., Toomey, T. L., Forster, J. L. et al. (1999). Communities mobilizing for change on alcohol: lessons and results from a 15-community randomized trial. *Journal of Community Psychology*, 27, 315-326.
- Waldo, C. R. (1998). Out on campus: sexual orientation and academic climate in a university context. *American Journal of Community Psychology*, 26, 745-774.
- Wandersman, A., & Florin, P. (2000). Citizen participation and community organizations. In J. Rappaport, & E. Seidman (Eds.), *Handbook of Community Psychology* (pp. 247-272). New York: Kluwer Academy/Plenum.
- Wandersman, A., & Nation, M. (1998). Urban neighbourhoods and mental health: psychological contributions to understanding toxicity, resilience, and interventions. *American Psychology*, 53, 647-656.
- Warren, M. R., Thompson, J. P., & Saegert, S. (2001). The role of social capital in combating poverty. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), *Social Capital and Poor Communities* (pp. 1-28). New York: Russell Sage Found.
- Webb, E. J., Campbell, D. T., Schwartz, R. D., Sechrest, L., & Grove, J. B. (1981). *Nonreactive Measures in the Social Sciences*. Boston: Houghton-Mifflin (2nd ed.).
- Wilson, W. J. (1987). *The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy*. Chicago: University of Chicago Press.

## RESUMO

Este trabalho focaliza-se na “minimização dos erros contextuais” que significa a tendência para se ignorar a influência das zonas de residência e dos contextos comunitários nos comportamentos humanos. Este erro tem implicações na compreensão dos processos psicológicos e nas acções orientadas para a mudança social. Descreve-se um conjunto de modelos teóricos que explicam como as zonas de residência e os contextos comunitários estão associados a vários aspectos do bem-estar humano enfatizando as ligações entre os contextos e a saúde, o *stress*, os comportamentos de risco, as atitudes e o desenvolvimento infantil. Sugere-se assim, que muitos processos psicológicos podem verificar-se de forma diferenciada consoante os contextos e que os factores contextuais interferem nas características sócio-culturais dos indivíduos. As pessoas, por seu lado, podem modificar os contextos comunitários e a compreensão mais aprofundada dos efeitos dos contextos tudo dependendo de abordagens mais sofisticadas para os avaliar.

*Palavras-chave:* Vizinhança, contextos, ecologia social, risco.

## ABSTRACT

This chapter identifies “context minimization error” as the tendency to ignore the impact of enduring neighbourhood and community contexts on human behaviour. The error has adverse consequences for understanding psychological processes and efforts at social change. The chapter describes a series of theoretical models of how neighbourhoods and community settings are associated with various aspects of human welfare and reviews evidence of associations of context with health, psychological

distress, risk behaviours, psychological attitudes, and child development. It suggests that many psychological processes may play out differently in different contexts and that contextual factors interact with socio-cultural characteristics of individuals in predicting outcomes. People, in turn, can shape community contexts. A more

sophisticated understanding of the effects of contexts depends on more sophisticated approaches to assessing them.

*Key words:* Neighbourhood, setting, social ecology, risk.